



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Acta n.º 272 -----

----- Aos vinte e seis dias do mês de Fevereiro de dois mil e dez, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Presidente da Assembleia, Senhor Luís António Sousa Pinto dos Santos, e secretariada pelo Primeiro Secretário, Senhor Jorge Manuel da Silva Loureiro, e pela Segunda Secretária, Senhora Anabela de Seabra Santos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- **Período de Antes da Ordem do Dia:**-----

----- Ponto um: *"Tomada de posse do Conselho Municipal de Segurança, nos termos da alínea g) do n.º 1 do Artigo 34.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)";-----*

----- Ponto dois: *"Apreciação e votação das actas n.ºs 269 e 271, nos termos da alínea a) do n.º 1 do Artigo 34.º do RAMA";-----*

----- Ponto três: *"Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do Artigo 34.º do RAMA".-----*

----- **Período da Ordem do Dia:**-----

----- Ponto um: *"Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e) do n.º 1 do Artigo 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)";-----*

----- Ponto dois: *"Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de nomeação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas "Lúcia Santos, S.R.O.C., Sociedade Unipessoal, Lda." como auditor externo para proceder à revisão legal das contas de 2010 do Município de Anadia, nos termos do n.º 2 do Artigo 48.º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais";-----*

----- Ponto três: *"Conhecimento do parecer da Câmara Municipal à Agência Portuguesa do Ambiente no âmbito da Consulta Pública do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental do projecto "Ligação Ferroviária de Alta Velocidade entre Lisboa e Porto – Lote B Troço Soure/Mealhada – AIA2143";-----*

----- Ponto quatro: *"Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos de Anadia e a sua junção com a Escola Secundária de Anadia".-----*

----- **Período de Intervenção do Público:**-----

----- Período de Intervenção do Público, nos termos do Artigo 36.º do RAMA.-----

----- Tendo sido constituída a Mesa e verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão pelas catorze horas e quarenta minutos.-----

----- À sessão compareceram os seguintes Senhores Deputados Municipais dos indicados Grupos Municipais (GM):-----

----- • Luís António Sousa Pinto dos Santos – GM do PSD;-----

----- • Jorge Manuel da Silva Loureiro – GM do PSD;-----

----- • Manuel Maria Cardoso Leal – GM do PS;-----

----- • Anabela de Seabra Santos – GM do PSD;-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- • António Rafael das Neves Timóteo – GM do PSD;-----
- • Lúcia Maria das Neves Pires Cêrca – GM do PS;-----
- • Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões – GM do CDS-PP;-----
- • Dino Augusto Ferreira Rasga – GM do PSD;-----
- • Maria Lúcia Braga Araújo – GM do PSD;-----
- • Rui António de Almeida Marinha – GM do PS;-----
- • José Lagoa Duarte – GM do PSD;-----
- • Carlos Manuel do Cruzeiro Oliveira – GM do PSD;-----
- • Mónica Rita Pimenta Lousado – GM do PS;-----
- • João Alves Morais – GM da CDU;-----
- • Maria Alexandra Ferreira Henriques – GM do PSD;-----
- • João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo – GM da CDS-PP;-----
- • Pedro Miguel da Costa Pereira Dias – GM do PSD;-----
- • André Miguel Matos Beja Henriques – GM do PS;-----
- • Francisco Manuel Gonçalo Saraiva – GM do PSD;-----
- • Jennifer Nunes Pereira – GM do PSD;-----
- • Tiago Pereira Coelho – GM do PS;-----
- Compareceram igualmente à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM:-----
- • José Cerveira Lagoa – GM do PS – PJF de Aguium;-----
- • Joaquim de Oliveira Cosme – GM do PSD - PJF da Amoreira da Gândara;-----
- • Arménio de Almeida Cerca – GM do PSD – PJF de Ancas;-----
- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do PSD - PJF de Arcos;-----
- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PSD – PJF de Avelãs de Caminho;-
- • Manuel Baptista Veiga – GM do PSD – PJF de Avelãs de Cima;-----
- • José Maria de Almeida Ribeiro – GM do PS – PJF de Mogofores;-----
- • António Guilherme dos Santos Andrade – GM do PSD – PJF da Moita;-----
- • Henrique Manuel Lameirinhas Almeida Rodrigues – GM do PSD – PJF de Óis do Bairro;---
- • Joaquim Moreira da Cruz – GM do PSD – PJF de Paredes do Bairro;-----
- • António Floro dos Santos Ferreira – GM do PSD – PJF de Sangalhos;-----
- • Leonildo Moreira da Silva Macedo – GM do PSD – PJF de São Lourenço do Bairro;-----
- • Óscar dos Santos Ventura – GM do PSD – PJF de Tamengos;-----
- • António Manuel Pereira Duarte – GM do PSD – PJF de Vila Nova de Monsarros;-----
- • Mário Augusto Carreira Heleno – GM do PSD – PJF de Vilarinho do Bairro.-----
- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes membros:-----
- • Litério Augusto Marques – PSD – Presidente;-----
- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – PSD - Vereadora e Vice-Presidente;-----
- • Lino Jorge Cerveira Pintado – PS – Vereador;-----
- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – PSD – Vereador;-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- • José Carlos Ventura de Almeida Coelho – PS – Vereador;-----

----- • Rosa Maria Tomás da Conceição – PSD – Vereadora. -----

----- Do executivo camarário não compareceu à sessão o seguinte membro:-----

----- • Aníbal José Franco Ferreira – PSD - Vereador. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Anadia de vinte e seis de Fevereiro e, de imediato, passou a confirmar a presença dos elementos que iriam integrar o Conselho Municipal de Segurança, com vista à sua tomada posse na sessão entretanto iniciada. De seguida, deu a conhecer ao Plenário das três justificações de não presença por motivos inadiáveis da sua profissão, o caso do Senhor José Paixão, da Senhora Dr.^a Maria Celina França e, também, do Senhor Procurador Adjunto Carlos Ferreira. Entretanto, informou que iria passar a palavra ao Senhor Primeiro Secretário para proceder à leitura a acta da tomada de posse daquele órgão, de acordo com o estatuído na alínea g) do n.º 1 do Artigo 34.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia e solicitou, também, que à medida que fossem chamando os Senhores Conselheiros, que os mesmos se dirigissem à Mesa para a respectiva assinatura.-----

----- Então, o Senhor Primeiro Secretário passou a ler a acta da tomada de posse do Conselho Municipal de Segurança, que a seguir se tenta transcrever: "Aos vinte e seis dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e dez, nesta cidade de Anadia e no Edifício dos Paços do Município, compareceram para se proceder à tomada de posse perante esta Assembleia Municipal, como membros do Conselho Municipal de Segurança, nos termos do Artigo 9.º da Lei n.º 33/98, de 18 de Julho, os seguintes cidadãos: Professor Litério Augusto Marques, Presidente da Câmara Municipal de Anadia; Dr. Luís António Sousa Pinto dos Santos, Presidente da Assembleia Municipal de Anadia; Arménio de Almeida Cerca, Presidente da Junta de Freguesia de Ancas; Fernando Adelino Pina Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Arcos; Manuel Baptista Veiga, Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima; Sargento João Carlos Silva Nunes, Adjunto do Comandante do Posto Territorial de Anadia da Guarda Nacional Republicana; Sargento Rui Manuel Marques dos Santos, Comandante do Posto Territorial de Sangalhos da Guarda Nacional Republicana; Eng.^a Maria Teresa Belém Correia Cardoso, representante do Serviço Municipal de Protecção Civil; Comandante Eduardo Gonçalves Matos Pereira, Comandante dos Bombeiros Voluntários de Anadia; Dr.^a Maria Manuela Mateus de Carvalho, representante do Serviço Local de Segurança Social de Anadia; Eng.º Carlos António Soares de Matos, Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Anadia; Prof. José Carlos Carvalhais da Silveira Costeira, Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Sangalhos; Prof. Orlando Cardoso da Silveira, representante da União Geral dos Trabalhadores; Dr. José Abrantes Afonso, designado pela Assembleia Municipal de Anadia; Mário Augusto Ferreira Teixeira, designado pela Assembleia Municipal de Anadia; Eng.º Dino Augusto Ferreira Rasga, designado pela Assembleia Municipal de Anadia; Prof. Maria Isabel Gomes Vieira Malheiro, designada pela Assembleia Municipal de Anadia; Dr. João José Dias Coimbra, designado pela Assembleia Municipal de Anadia; Dr.^a Elisabete Manuela Fidalgo Rita, representante da Associação Industrial do Distrito



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Aveiro, não está presente. Também não compareceram o Dr. Carlos da Purificação Ferreira, a Dr.^a Maria Celina Capão Lourenço Alves França, representante do Instituto da Droga e da Toxicodependência, e o Senhor José Francisco Paixão Correia, representante da União dos Sindicatos de Aveiro da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, justificaram a sua ausência. Falta aqui mais um, peço desculpa, passei aqui um nome, o Dr. Dário Manuel Farinha Tavares, designado pela Assembleia Municipal de Anadia. Peço desculpa, mas este passou. Verificada a conformidade formal do processo, com a identidade dos presentes, e para constar, se lavrou a presente acta que eu, Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, a subscrevi e redigi, e que vai ser assinada por todos os presentes.”-----

----- Concluída a leitura da acta e concluído o processo de tomada de posse, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença dos Senhores Conselheiros e desejou a todos, em nome da Mesa da Assembleia Municipal, um desempenho cabal e capaz das funções para que tinham acabado de ser investidos. Dada a importância da segurança em qualquer ponto do planeta e, uma vez empossados para um cargo tão importante, desejou a todos um desempenho à altura das necessidades do Município de Anadia, embora desejando, ardentemente, que a sua intervenção nunca seja necessária.-----

----- Dando continuidade à sessão ordinária do mês de Fevereiro de dois mil e dez, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a Mesa pretendia apresentar uma proposta de resolução, no seguimento de olvidar o facto de que o Regimento parece não ter dado cobertura e que tem a ver com as pessoas que neste momento não se encontravam. O nº 1 do Artigo 34.º alínea g), refere que a tomada de posse do Conselho Municipal de Segurança é feita perante a Assembleia Municipal. Se levarmos à letra esta questão, isto quer dizer que há quatro Conselheiros que não poderão estar presentes enquanto não tomarem posse perante esta Assembleia e tenho dúvidas se o Conselho poderá funcionar sem que toda a gente esteja empossada para o mesmo. Por isso, a Mesa decidiu, nesse sentido, apresentar uma proposta que verte o seguinte: que os Conselheiros que faltaram a esta tomada de posse possam exercer esse direito perante o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e os demais Conselheiros na primeira reunião a que estejam presentes. Alguém discorda desta proposta? Então eu passaria à sua votação.-----

----- Apresentada a proposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a mesma a votação e, decorrido o processo de votação, anunciou a sua aprovação por maioria, com trinta e dois votos a favor e duas abstenções.-----

----- De seguida, passou à discussão da acta número duzentos e sessenta e nove, da sessão ordinária de trinta de Setembro de dois mil e nove (ainda do anterior mandato), nos termos da alínea a) do n.º 1 do Artigo 34.º do RAMA. Não tendo havido qualquer pedido de intervenção no período de discussão da acta número duzentos e sessenta e nove, O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao processo de votação da sobredita acta, do qual resultou a sua aprovação por maioria, com dezassete votos a favor e quinze abstenções.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Decorrida a votação da acta da última sessão do anterior mandato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Desculpe a chamada de atenção, mas o Senhor Presidente não referiu que era só para votar os que estiveram presentes. Não fez essa chamada de atenção, por isso é que votámos."-----

----- Em resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que o sentido de voto do Senhor Deputado deveria ser o que era comum quando um Senhor Deputado não esteve presente na sessão a que a acta dizia respeito, a abstenção. No entanto, adiantou que caso o Senhor Deputado tivesse um entendimento diferente, deveria manifestá-lo por escrito para que fosse apenso à acta.-----

----- Seguidamente, passou à discussão da acta número duzentos e setenta e um, da sessão ordinária de vinte e um de Dezembro de dois mil e nove. No período de discussão concedeu a palavra à Senhora Deputada Lúcia Araújo, do Grupo Municipal do PSD, que completou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Boa tarde Senhor Presidente. Boa tarde Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas, desejo a todos uma sessão de trabalho, acima de tudo. Eu a acta, queria só fazer um reparo, na página dois, onde eu consto Maria Lúcia Braga Araújo, GM do PS. Pedia a rectificação para GM do PSD. Obrigado."-----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal, do Grupo Municipal do PS, que formalizou a intervenção que se tenta transcrever na íntegra: "Boa tarde a todos, a começar pela Mesa, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores membros da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, membros da comunicação social, público em geral. Muito boa tarde. Esta acta foi elaborada em moldes um bocadinho diferentes daquela que há pouco votámos. Nós votámos, há pouco, uma acta feita quase que repetindo *ipsis verbis* tudo aquilo que cada um disse, a anterior, aquela de Setembro. Mas, esta acta foi feita em moldes diferentes, tornando, digamos, o texto mais correntio, mas correndo riscos de inexactidão numa série de pontos. Eu queria chamar a atenção para algum desses pontos. Em primeiro lugar, um ponto que não tem grande polémica, que é na página onze, aí no terceiro parágrafo, a meio, ao fim aí da quinta linha, que aparece a palavra naturalmente, falta um se, naturalmente se compreendem, do lado do PSD. É um se, portanto isto é uma rectificação menor. De qualquer maneira, peço que seja registada."-----

----- E agora, quero fazer três observações, fazendo um apelo à minha memória em três pontos. Na página seis, no segundo parágrafo, não no terceiro parágrafo, em que me é referido em que eu, não, não. É um ponto em que eu levanto o problema da, dos tempos de intervenção. Eu chamo a atenção para os tempos de intervenção e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu-me. No final da cinco passa para a seis, em que eu levanto a questão dos tempos. Até penso que já foi tratado posteriormente. E o Senhor Presidente da Assembleia Municipal acho que, estou agora a puxar pela minha memória, que disse mais



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

qualquer coisa do que está aí nesse segundo parágrafo. É isso que eu quero dizer. Eu acho que a propósito da questão que eu levantei sobre os tempos de intervenção e que respeita o Regimento, o que eu acho que aconteceu é que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal manifestou disponibilidade para discutir o Regimento numa altura posterior. É isto que eu estou a puxar pela memória. Não estou a ser, a pretender ser rigoroso. Estou a puxar pela memória. Eu penso que, nessa altura, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal manifestou disponibilidade para, numa altura posterior, poder encarar a revisão do Regimento. É isso. E, portanto, eu acho que isto só se explica recorrendo à gravação. Eu acho que é um ponto importante. Esse é um ponto.-----

----- Na página cinquenta e três, acho que é logo na primeira frase, e que está a transcrever, mais ou menos, uma intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na qual manifestou uma opinião um pouco mais contundente do que aqui está, que era que a maioria absoluta do PSD não necessitava da oposição. Eu penso que a versão original foi mais contundente e, pelo menos, teria algo como, não necessitava da oposição para nada. Eu também gostava de ver isso registado com mais fidelidade.-----

----- Na página cinquenta e cinco, no segundo parágrafo, igualmente estamos a tratar de uma intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que fala para o Deputado Tiago Coelho em termos que estão, foi uma intervenção muito expressiva, na altura, a qual vai provocar, posteriormente, um protesto meu, e fica-se sem perceber o meu protesto com a redacção que aqui está, que obviamente está bastante truncada, relativamente à intervenção que efectivamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal fez na altura. E, digamos, também, com o mínimo de amor à fidelidade das coisas que aconteceram, eu gostava que ficasse registado, com a proximidade possível, aquilo que efectivamente vem na gravação. São estes os pontos que gostaria de levantar.”-----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou que no final da sessão, o Grupo Municipal do PS fizesse o favor de nomear alguém para, conjuntamente, verificar o que consta da gravação, no sentido de serem analisarem os pontos que foram apresentados pelo Senhor Deputado Cardoso Leal.-----

----- Seguidamente, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Tiago Castelo Branco, o Grupo Municipal do CDS-PP, que completou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: “O Grupo Municipal do CDS-PP, relativamente à acta duzentos e setenta e um, quer fazer constar da acta o seu voto de vencido pelas seguintes razões: a elaboração da acta foge à verdade, omitindo e deturpando o que foi dito, não reproduzindo com rigor a sessão da Assembleia. Apesar de constar na respectiva acta que a mesma tem por base suporte e gravação digital de tudo o que ocorreu na referida sessão ...”-----

----- Antes do Senhor Deputado terminar a sua intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu-o para esclarecer que o Senhor Deputado tinha sido interpelado para falar sobre questões concretas da acta, sendo que, ao contrário, o Senhor Deputado estava a ler o que, provavelmente, viria a ser o seu sentido de voto. Como tal, e estando em discussão o



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

texto da acta, solicitou ao Senhor Deputado, à semelhança do que já tinha sido feito, que indicasse e localizasse na acta as situações que considerasse não estarem correctas.-----

----- De imediato, concedeu a palavra à Senhora Deputada Lúcia Cêrca, do Grupo Municipal do PS, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Boa tarde a todos. Boa tarde Senhor Presidente da Câmara, Senhor Presidente da Mesa, Caros Colegas Deputados da Assembleia. Também uma rectificação À minha intervenção da última reunião, portanto diz que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Deputada Lúcia Cêrca, é o último parágrafo, desculpe, da página nove, peço imensa desculpa, último parágrafo da página nove, portanto, Lúcia Cêrca do Grupo Municipal do PS. Gostaria de quem fizer a acta, os Senhores Secretários, rectificarem bem os nomes para não haver trocas dos Grupos Municipais. Não tem problema."-----

----- Prontamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que iria chamar a atenção para que tal não voltasse a acontecer e pediu as suas desculpas à Senhora Deputada. Entretanto, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-PP, que concluiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Da leitura da acta, além de alguns erros de pontuação, que não vou estar aqui a levantar questões, e na minha intervenção, que é a página vinte e cinco de sessenta e cinco, logo no último parágrafo, diz depois nas propostas também de contratação não prevejo lá a previsão, deve ser não vejo lá a previsão. Duvido que tenha dito isto. De qualquer modo, se quiserem confirmar, isto pode ter sido da leitura, ou a pessoa ao ouvir, como tem o previsão e o prevejo, pode ter sido um erro só de, eventualmente, de ouvir. Depois, na página sessenta e cinco, no terceiro parágrafo, a terceira linha, é uma questão de reabilitação, desculpe, vinte e sete de sessenta e cinco, portanto, no terceiro parágrafo, terceira linha, ser feita em qualquer lado é uma grande reabilitação tem ali aonde, deve ser onde. Depois, logo a seguir, no mesmo parágrafo, quando começa eu espero que tenha sido, portanto, primeira, segunda, terceira, quarta, quinta linha, tenha sido só um esquecimento para quê avançar mais com uma, deve ser com mais uma. No mesmo parágrafo, quinta linha, começa com eu espero que tenha sido só um esquecimento, para quê avançar mais com uma, deve ser com mais uma. É só trocar o com, passa para trás do mais, senão não tem leitura. Depois, no último parágrafo, terceira linha, eu não posso precisar, mas no texto que tenho, e foi o que eu li, a Câmara Municipal pode ir buscar financiamentos à DGV, em que, é uma questão de confirmar, para mim aquilo era um ponto e depois é na maioria. Tem lá na maioria estão mal executadas, não cumprem a norma, portanto, a seguir a DGV seria um ponto e depois é na maioria para ter leitura. Depois, ainda, acho que só mais uma, é, isto é um d, na página vinte e nove, no primeiro parágrafo, primeira, segunda, terceira, quarta, quinta linha, começa em previsual, embora seja da responsabilidade, está lá seja a responsabilidade, é da responsabilidade. Depois, tenho aqui algumas, mas como não se referem a mim, não sei se devo referir ou não. Eu não quero assumir nada. Eu quero assumir o que ouvi, só. Porque o que está aqui, de certeza que não foi isto que foi dito. E, aliás, isto até foi o Senhor Presidente, e eu lembro-me mais ou menos do que ele disse. Pode ser falha minha,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mas o que me ficou no ouvido não foi isto. Nesta mesma página, entretanto referiu que apesar do Senhor Deputado condenar a demolição do mercado, defendia no entanto a utilização de vias principais só para casos pontuais. Eu não acredito que o Senhor Presidente tenha dito isto, não sei. Se calhar, é melhor verificar.”-----

----- Antes do Senhor Deputado terminar a sua intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu-o para dizer que não lhe reconhecia o direito de fazer aquele tipo de observações, na medida em que não tinha sido interveniente naquela situação. E, à semelhança do que tinha feito em relação ao Partido Socialista, disponibilizou-se para ouvirem a gravação da respectiva sessão e, desse modo, tirar as dúvidas levantadas.-----

----- De imediato, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do Grupo Municipal do PS, que concluiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Muito boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, comunicação social, público em geral. Eu gostaria de dizer que na página catorze, décima linha, diz, a concluiu, afirmou que esse esclarecimento, deve ser a concluir. Depois, na página vinte e três, mais ou menos a meio, em dar aquele proposta, deve ser em dar aquela proposta. Na página trinta e cinco, décima terceira linha, do lado direito, diz n entanto, dá impressão que nega, mas não deve ser, deve ser no entanto. Na página quarenta e dois, na décima primeira linha a contar de baixo, diz que funcionários estavam adstritos à Câmara tinha e quantos aos Serviços. O tinha parece-me que está a mais e, portanto, deve ser cortado. Eram estas as alterações que eu propunha. Era só.”-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal que passou a referir o que se tenta transcrever na íntegra: “Não são pontos de mera gramática, são pontos de substância que estão em causa, logo, nós, em consciência, não podemos estar a votar a acta sem ver como é que fica. Achamos que é mais razoável, nem era a primeira vez que acontecia, que a votação desta acta que já levantou, portanto, estes pontos, não é, que vão ser esclarecidos, pois que esta votação fosse adiada para a próxima sessão. Acho que é mais lógico porque há aqui pontos de substância, não é de vírgulas.”-----

----- Apresentada a opinião do Senhor Deputado Cardoso Leal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou o favor do Senhor Deputado formalizar a sua proposta. Logo de seguida, deu a conhecer ao Plenário que o Senhor Deputado tinha apresentado na Mesa uma proposta, a qual passou a ler e se passa a reproduzir: “Considerando a existência de dúvidas substanciais na acta número duzentos e setenta e um, propomos que a votação desta acta seja adiada para a próxima Assembleia Municipal.” Concluída a leitura da proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS, submeteu a mesma a votação, finda a qual anunciou que a proposta tinha sido aprovada por maioria, com trinta e cinco votos a favor e uma abstenção.-----

----- Entretanto, passou a informar o que a seguir se tenta transcrever na íntegra: “Eu quero, desde já, informar todos os presentes de que peço as minhas desculpas enquanto principal responsável pelo documento que foi distribuído e que, obviamente, continuarei a solicitar aos



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

presentes e aos responsáveis dos Grupos Municipais que marquem uma reunião para efectivamente referirmos, ou revermos, perdão, se os conceitos estão ou não estão errados. Penso que a Assembleia tomou uma decisão correcta, de quando as coisas efectivamente são dúbias, não devem, obviamente, ser aprovadas.-----

----- No seguimento desta Assembleia, a Mesa tem uma proposta que gostaria de colocar à votação de todos. Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do Artigo 34.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia, a Mesa da Assembleia Municipal deste concelho propõe a seguinte moção de pesar: "Em face dos trágicos acontecimentos do último fim-de-semana na Região Autónoma da Madeira, a Assembleia Municipal de Anadia aprovou - e a expressão da aprovação depende da votação, evidentemente - uma moção de pesar a apresentar a Sua Excelência, o Presidente do Governo Regional da Madeira, e a Sua Excelência, o Presidente da Câmara Municipal do Funchal, pelas vítimas humanas que se perderam."-----

----- De imediato, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal que proferiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Só para dizer que subscrevo completamente esta moção, naturalmente. A mim até me parece que quando fala em Presidente da Câmara do Funchal, penso, se eu bem conheço aquela geografia, que está a deixar de lado Presidentes de outras Câmaras que também foram muito afectadas. Por exemplo, estou-me a recordar de Ribeira Brava. Creio que é concelho diferente. Peço desculpa se faço erros na minha geografia e, portanto, é só por isso que me parece..."-----

----- Prontamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que o Senhor Deputado não estava a cometer qualquer erro, na medida em que a Mesa tinha precisamente decidido englobar o Senhor Presidente do Governo Regional, senão tinha englobado apenas o Funchal. Acrescentou, também, que a intenção tinha sido mesmo distanciar, porquanto o Funchal tinha sido, provavelmente, a zona mais atingida e, portanto, o resto ficaria na pessoa do Senhor Presidente. No entanto, e se assim entendessem, mostrou-se disponível para englobar na moção de pesar todos os outros concelhos, necessitando, para o efeito, de promover uma pesquisa para não correr o risco de não mencionar algum. De imediato, passou à votação da moção pesar, no fim da qual anunciou a sua aprovação por unanimidade, com trinta e seis votos a favor.-----

----- Seguidamente, deu início ao período de intervenção dos Senhores Deputados Municipais, nos termos do Artigo 34.º do RAMA, que concerne o período de antes da ordem do dia, não sem antes explicar ao Senhores Deputados porque motivo o painel não se encontrava a funcionar e não tinham o acompanhamento habitual da Câmara Municipal. Deu, então, a conhecer que tinham programado ensaiar, naquela sessão, uma aplicação informática no sentido de os ajudar na gestão, quer dos tempos quer da própria Assembleia, mas tinham chegado à conclusão que os meios técnicos tinham de ser alterados para que aquela situação possa funcionar. Por tal facto pediu desculpa.-----

----- De imediato, deu início ao período de intervenções, no âmbito do período de antes da ordem do dia, tendo concedido a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal, do Grupo Municipal



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do PS, que proferiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Eu faço eco de uma reunião que houve entre os representantes de cada Grupo Municipal a respeito da revisão do Regimento. E creio que, nessa altura, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal sugeriu a cada Grupo Municipal que, se estivesse de acordo, enfim, propusesse algum meio de vir a estudar a revisão de alguns pontos do Regimento. É isso que estamos aqui a propor com uma proposta que eu leio rapidamente: Considerando que no entender do Grupo Municipal do PS há pontos que precisam de ser melhorados no actual Regimento da Assembleia Municipal de Anadia, propomos a constituição de uma comissão formada com um representante de cada Grupo Municipal, com a incumbência de identificar esses pontos e formular uma proposta de revisão do Regimento. É isto que estamos a propor. Lembro-me que na anterior legislatura, se esta palavra está correcta, também houve esse exercício da actualização do Regimento. É pacífico, quer dizer que possa haver, penso eu, que possa haver uma comissão. Não será naturalmente pacífico que haja acordo, depois, quanto aos pontos a rever. Mas isso é outra coisa e para isso é que cá estamos nós depois em Plenário para dizer o que queremos e o que não queremos. Mas, penso que fazemos uma proposta de estudo. Aliás, eu estou em crer que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na anterior Assembleia Municipal, penso que manifestou justamente essa disponibilidade para um estudo e uma análise do regimento. Muito obrigado"-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado Cardoso Leal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a proposta apresentada pelo Senhor Deputado, no sentido da criação de uma comissão para a eventual revisão do RAMA, a votação, após o que anunciou que a mesma tinha sido aprovada por unanimidade.-----

----- Para uma interpelação ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, concedeu, de seguida, a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, interpelação essa que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Portanto, há aqui alguns pontos. Eu gostaria de salientar o ponto da falta de água potável canalizada no Amieiro e a utilização de água imprópria para o consumo humano.-----

----- Coloca-se, também, a questão da oportunidade de erigir uma estátua àquele que foi o fundador da Cerâmica de Anadia, Senhor Adriano Henriques, ou a seu filho, o Senhor Adriano Henriques Júnior. Sem desprestigiar o filho do fundador, consideramos que a homenagem deverá ser feita a quem, pelo seu carácter empreendedor, abnegação a altruísmo, deu origem a uma das maiores empresas do ramo da cerâmica, criando inúmeros postos de trabalho e que constituiu uma referência marcante na identidade do concelho de Anadia.-----

----- Outro ponto é que tive conhecimento, por ter estado presente, que os esgotos da Zona Industrial de Amoreira da Gândara estão a correr a céu aberto para a REN. Gostaria de saber se o Senhor Presidente tem conhecimento do facto e se é por isso que no referido local, ao fim-de-semana, está a construir uma ETAR. Pergunto, também, se esta obra está relacionada com a inspecção que já foi, está a ser, ou será realizada. Já agora, permita-me dizer-lhe que já terminou o prazo imposto à Câmara para a execução de um plano de recuperação ambiental e



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

paisagístico para a área REN nas traseiras da Zona Industrial de Amoreira da Gândara. Se não efectuou o plano, gostaria de saber porquê. Se não executou o plano, gostaria de saber porquê.-----

----- A informação que nos foi enviada. Outro ponto é a informação que foi enviada aos Deputados Municipais incluía cartas convite do Senhor Presidente da Câmara para eventos a pagar? Além de não ser o veículo adequado para endereçar convites do Senhor Presidente da Câmara, convém salientar que os mesmos deverão reportar-se a todos os actos públicos, o que não tem acontecido, nomeadamente aquando da inauguração da Biblioteca Rodrigues Lapa. Na altura, o Senhor Presidente não se lembrou, nem convidou os Deputados Municipais do CDS-PP. Mas, agora, para um evento que obriga ao pagamento de vinte e cinco euros, já se lembra do Grupo Municipal. Neste âmbito, gostaria de lembrar o Senhor Presidente do direito de presença e participação nos actos oficiais, bem com alertá-lo para a necessidade de elaboração dos relatórios de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes do Estatuto do Direito de Oposição que deverá ser elaborado até ao final de Março. Para já não tenho mais nada, Senhor Presidente.”-----

----- No seguimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que deu a resposta que se tenta transcrever na íntegra: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restante composição da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, comunicação social e ao público. Penso que há situações a propor à Câmara, mas não são na Assembleia Municipal. Quando se fala, por exemplo, numa estátua, ou qualquer situação que venha, de certa maneira, a tornar evidente a presença de, por exemplo, personalidades importantes, como é o caso do Senhor, dono da cerâmica, Senhor Adriano Henriques, eu quero-lhe dizer que devia procurar é à Câmara se efectivamente estava a fazer alguma coisa. Agora, o Senhor propor não tem que propor nada. Quando o Senhor for Executivo, o Senhor pode propor e fazer e tudo, se tiver dinheiro para isso. Agora, propor, proponha o que quiser à Assembleia Municipal. A Câmara está aqui para organizar o seu projecto e, naturalmente, sujeitar-se às críticas, caso não cumpra esse projecto, projecto esse que tenha sido apresentado nesta Assembleia. Quanto ao resto, não há problema.-----

----- Falando da ETAR em Amoreira da Gândara, ouça, eu quero informar esta Assembleia que o Senhor Deputado apareceu, não sei porquê, mas apareceu na Zona Industrial de Amoreira da Gândara com a GNR. Eu já estou habituado. Na política em Anadia, há realmente a presença da GNR em muitas situações, desde situações meramente políticas, até delas que, efectivamente, enfim, quando nós estamos a trabalhar. É evidente que se estivessem devidamente conhecedores da situação, não tinham que ir lá com a polícia. Aliás, a polícia nada fez. E, depois, por estranho que pareça, andou lá a tentar pressionar, o Senhor Deputado, andou a tentar pressionar a polícia, talvez para mandar parar a obra. Vejam o que é realmente os Deputados que o povo elege para, na vez de apoiar as obras, se pôr com a polícia, aos coca-bichinhos, desculpe o termo, a saber se a Câmara está ou não está a trabalhar legalmente. Se não está, assume o Presidente da Câmara, e aqueles que disso, sobre isso, decidiram, essa



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

responsabilidade. Não a tenho que assumir perante o Senhor Deputado. Não tenho que lhe dizer nada. O Senhor é que tem de averiguar e, se vê que está mal, leve para, realmente, para as instituições devidas, a respectiva queixa e, naturalmente, defenda-a. Quanto a nós, está tudo como deve ser e não tenho mais esclarecimentos a dar sobre isso. O plano de recuperação. Também está enganado. Foi dado cumprimento ao solicitado e foi entregue.-----
----- Enfim, eventos a pagar. Eu estou habituado, realmente, a pagar sempre que vou. Sou daqueles que gosto de, enfim, comer e pagar. Ou, então, ter um amigo que pague por mim. Também acontece muitas vezes. Também o contrário também o faço. Portanto, também não é problema nenhum. Agora, parece que o Senhor Deputado está muito preocupado porque chega ao Cineteatro e, naturalmente, gostaria de ir lá à borla. Mas, possivelmente, ao fim do ano, perguntar-me-ia que prejuízo terá dado o Cineteatro, portanto, na sua acção, prejuízo, o prejuízo é social. Tome-se nota daquilo. É um Cineteatro Municipal, portanto, tem uma função social. Os prejuízos, é como a CP, é como a TAP. Há coisas assim. Sendo meramente públicas, enfim, é a própria instituição, é o público em geral que assume esses prejuízos. Claro, e eu, teria de dizer assim, olhe Senhor Deputado, provavelmente deu prejuízo, o Senhor não quis pagar, ou não quis ir lá. O Senhor deve de ir lá como um cidadão qualquer e pagar o seu bilhete, porque eu não convidei, ouça, eu não fiz qualquer excepção. Os outros todos Deputados que estão aqui, tiveram exactamente o mesmo tratamento do Senhor. E, portanto, não estou preocupado. Quando for um teatrozinho, um cinemazinho à maneira para Deputados desta Assembleia, eu terei todo o cuidado, aliás, como faço com frequência, de os convidar. Portanto, é bom que as pessoas saibam o que é que estas pessoas anda por aqui a fazer. Na vez de colaborarem, estão simplesmente é a tentar impedir. Mas, estão à vontade. O Presidente da Câmara já aqui está há alguns anos, para alguns já, se calhar, a mais, mas a verdade é que, ouça, está à vontade. Não fez nada de ilegal. Estamos a trabalhar de acordo com aquilo que nos é solicitado. Temos o problema nos tribunais, como é do conhecimento, que damos conhecimento a esta Assembleia, e aguardamos serenamente os veredictos dos tribunais. Não estou aqui para ser julgado por o Senhor Deputado que, afinal, não tem mais que saber é como é que a coisa decorre. Mas não tem que agir por conta própria. Eu quero-vos dizer que a GNR foi lá, e eu estava lá por acaso. Fui ali a uma cerimónia do Senhor João Marques, que apresentou ali um trabalho interessante, e lembrei-me de ir ao sábado, porque nós também trabalhamos a sábado, é do conhecimento desta gente toda, trabalhamos ao sábado. Outros há que não trabalham, nem ao sábado nem ao domingo, não têm que fazer, e nem à segunda-feira, não têm que fazer, têm tempo para tudo. Mas, curiosamente, cheguei lá e encontrei o Senhor Deputado acompanhado de uma pessoa que, não estando fardado de segurança, tratase de um segurança do dois mil e quarenta e cinco. Portanto, se calhar ia com medo, porque não ia à vontade, não é. Eu não notei isso. Alguém notou. Eu não notei. Não notei, portanto, não acuso. Mas a verdade é que isto aconteceu. O que é que acontece? Eu, como era lógico, a ver ali a polícia, numa zona pública, onde o Presidente da Câmara tem realmente responsabilidades, e dirigi-me ao Comandante da GNR. Está-se a rir, Senhor Engenheiro, mas



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não vale a pena rir-se, porque a Zona Industrial foi concebida por Vossa Excelência. Um desenho acrobático, está a perceber. A Zona Industrial de Amoreira da Gândara é desenho seu. Vá, mas a gente fala a seguir. O que acontece, é bom que as pessoas saibam, o que acontece é que eu cheguei junto da GNR e disse: então, diga-me lá, ó Senhor, não sei como é que se chamava, Senhor Cabo, ou qualquer coisa, diga-me uma coisa, o que é que os Senhores estão aqui a fazer? Fomos chamados, fomos aqui chamados. Chamados por quem? Por aquele Senhor. E então o que é que ele quer? Diz que vocês estão aqui a trabalhar ilegalmente. Então, e os Senhores estão a olhar para quê? Se sabem que estou a trabalhar ilegalmente, toca a mandar parar. Vocês mandem-me parar. Então. O Presidente da Câmara até agradece. Se estamos a trabalhar ilegalmente, parem. É claro, a GNR não fez isso. Mas, curiosamente, a GNR vejam, a GNR do nosso concelho, aquilo a que o Presidente da Câmara de Anadia se sujeita. A GNR identificar o Presidente da Câmara? GNR de Anadia identificar o Presidente da Câmara? Ó Senhor GNR, não tem problema nenhum. Tirei os documentos. Aqui tem os meus cartões. O que é que o Senhor quer? Não quero nada. Então, mas... Entretanto, porque eu ando a trabalhar, apareceu um homem da grua, porque trata-se de um grande equipamento. Tinha de ser. Não tínhamos equipamento próprio para o colocar lá, apareceu para saber como é que era o trabalho. Sim Senhor. Lá lhe fui mostrar e entretanto a GNR foi embora. Eu não dou pormenorzitos, desculpe lá, porque, ouça, basta superficialmente para vocês entenderem aquilo que eu estou a dizer. E, claro, foi-se embora o Senhor Deputado e a GNR também. Mas, curiosamente, daí a um bocadinho já lá estava um e outro. Então, ouça lá. Voltei à carga. Passou-se alguma coisa? Não. Estamos à espera do Senhor Deputado porque foi buscar um documento onde diz que o Senhor não pode mexer. Pelo menos, foi isso que nos indicaram. Ai sim? Tudo bem. Então, olhe. Então, com posse do documento, é altura dos Senhores agirem em conformidade. Eles não fizeram nada, e eu, qual era o meu... Então mas os Senhores não acham... Não sei, temos aqui realmente um documento, que se trata de um extracto de um evento, ou de um anúncio de uma publicação no Jornal da Bairrada. Ah, pronto, está bem. Sim Senhor. Olhe, eu tenho de ir embora que ainda tenho de ir a Aveiro. Lá lhe expliquei. Eu vou-me embora, mandem parar quando entenderem. Até hoje não mandaram parar, porque não podem mandar parar, porque aquilo está tudo dentro da legalidade. Peca é por tardio. E, peca por tardio, por uma razão muito simples, porque aparecem aqueles indivíduos que quando construíram alguma coisa, foi tudo armadilhado. Só não armadilharam aquilo que lhe era favorável. Mas isso a gente, embora algumas pessoas tenham sido convidadas para regressar à Câmara e trabalhar nela, não o fazem, mas como vão estar aqui, nós vamos ter oportunidade de lhe, com mapas, com coisas, de lhe pôr na cara exactamente, e com factos, aquilo que efectivamente eles fizeram. Portanto, meus amigos, trata-se de uma forma estranha de fazer política. Estou aqui há bastantes anos. Nunca senti este tipo de pressão. Senti sempre lealdade. E quando eu erro tenho de me sujeitar ao castigo adequado, mas, sinceramente, ser agora penalizado, assim à partida, por Deputados desta Assembleia, acho um bocadinho estranho. Senhor Deputado, fique a aguardar. As coisas estão no tribunal. E, depois, quando eu perder, se



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

perder, ou não perder, o Senhor venha aqui a esta, tem aqui pleno direito, sendo pleno direito, venha aqui dizer o Presidente da Câmara foi condenado porque montou uma ETAR e uma Elevatória na Zona Industrial de Amoreira da Gândara. É isso que eu quero que o Senhor diga. Isto para não explicar mais. Muito obrigado, Senhor Presidente.”-----

----- Para nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Senhor Presidente da Câmara. Com o devido respeito, mas revela alguma confusão. Porque aqui ninguém falou em Cineteatro. Aqui falámos em, num jogo da Selecção Nacional e na inauguração da Biblioteca que ocorreu. Mais nada, Senhor Presidente. Há aqui qualquer equívoco. E, deixe-me que lhe diga, que quem chegou, efectivamente eu cheguei ao local, mas quem estava lá era o Senhor Presidente de Junta da Amoreira da Gândara, que pode testemunhar aquilo que eu estou a dizer. E depois chegou o Senhor Presidente da Câmara e só depois é que chegou a GNR, Senhor Presidente da Câmara. A GNR não foi comigo. O Senhor Presidente da Câmara sabe que o Deputado e o cidadão têm todo o direito de zelar pelo ambiente no seu Município. Portanto, é um direito que a todos assiste. O Senhor não suporta é ser fiscalizado, positivamente fiscalizado. Porque o que está aqui em causa é o interesse de todos, Senhor Presidente da Câmara.”-----

----- Novamente para responder, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu o que se tenta transcrever na íntegra: “Bom. Tratam-se de respostas meramente simples. A GNR informou o Senhor Presidente da Câmara que o Senhor Deputado a convocou. Portanto, se estava lá. Estar ou não estar, estava lá. Eu falei com ela e o Senhor estava presente, como sabe. Aliás, o Senhor sabe que isso que é verdade. Depois, e não vale a pena, o Senhor como cidadão tem todos os direitos. Mas, vejo tanto cidadão em Amoreira da Gândara, e não vi nenhum a tomar a atitude que o Senhor tomou. O Senhor está, eu não vou dizer que o Senhor está a abusar da sua atitude como Deputado, porque não a toma, é um direito que o Senhor tem, mas quero-lhe dizer que não é de bom-tom fazer isso. Quanto a cidadão, faça à vontade porque os cidadãos medem-se, exactamente, são julgados de uma forma bem diferente do Deputado, e esses medem-se pela sua estatura moral, e isso é que me interessa. Os cidadãos de Amoreira da Gândara estão solidários com o Presidente da Câmara, demonstraram-no nas últimas eleições, e, portanto, não tenho nenhum problema.”-----

----- Agora, quando o Senhor diz... Eu não estou equivocado quanto ao Cineteatro, sabe. O Senhor é que está equivocado. Está a pensar que aquilo que vai acontecer ali, a festinha da lampreia, ou do leitão, que é um compromisso da Câmara Municipal. Só que o Senhor está enganado. É da Câmara de Sever do Vouga. Tem de fazer essa queixa, lamente-se junto da Câmara de Sever do Vouga que ainda não deu, talvez a importância que o Senhor acha que deve ter nestas festanças, que as outras Câmaras que querem, que escolhem o nosso Município para a fazer, querem fazer aqui. Ofereça-se, já que eles não os convidaram, ofereça-se que fica-lhe bem. É um bom elemento para uma gastronomia como aquela que Sever do Vouga vai



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

efectivamente aqui oferecer no nosso território. Isto é só para lhe dizer que não há equívocos. Eu não estou nada enganado. Quanto a isso, os cidadãos aqui são todos tratados da mesma maneira. E os Deputados, é uma instituição que eu não respeito desta ou daquela maneira, respeito-os de acordo com a lei. Isso é que é realmente indiscutível. É isso que eu faço. Quando não convidar o Senhor, de certeza que não está aqui nenhuma pessoa que tenha sido, ou que se tenha incomodado de não ter sido convidada, ou que tenha sido convidada para o efeito em detrimento do Senhor. Muito obrigado, Senhor Presidente.”-----

----- Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Arménio Cerca, Presidente da Junta de Freguesia de Ancas, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia e Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Estimados Deputados da Assembleia Municipal, comunicação social, público em geral, a todos quantos não cumprimentei, o meu muito boa tarde. Eu aproveito esta oportunidade para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara o ponto da situação da aquisição do loteamento da Quinta do Rangel, em Ancas, que era propriedade da Misericórdia de Ovar, e que sei que a Câmara Municipal fez essa aquisição em tempos. Como em Ancas, portanto, na altura, portanto, o PDM que existe em vigor, portanto, provoca, tem provocado imensos constrangimentos. Só para dizer, nós em Ancas, o PDM existente foi na altura, e que ainda nos rege, provocou um constrangimento de dez por cento das construções existentes em Ancas ficaram, na altura, fora dos perímetros urbanos. Portanto, há quinze anos, ou dezasseis, portanto, tem provocado imensos constrangimentos. Dez por cento das construções existentes em Ancas estão fora dos perímetros urbanos, foram deixados nessa altura. Portanto, para minimizar... Portanto, e além disso, temos todos os outros terrenos que, agregados a essas habitações, também estão fora dos perímetros urbanos. Este loteamento da Quinta do Rangel viria minimizar este problema, até porque há alguns pedidos para construção, e eu gostaria de saber, neste momento, qual era o ponto da situação, Senhor Presidente. Se for possível responder-me nesta Assembleia.”-----

----- Prontamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que deu a resposta que se tenta transcrever na íntegra: “Ouça, Senhor Presidente da Junta. Eu peço-lhe desculpa, mas eu não faço uma campanha eleitoral baseada em promessas para não cumprir. E, portanto, tenho consciência que quando foi anunciado, portanto, a aquisição do loteamento da Quinta do Rangel, tenho a consciência que tinha tudo negociado. Eu não fui sozinho fazer essa negociação. Eu fui a uma Assembleia-geral, isto foi no tempo do outro Executivo, tome nota disto, fui a uma Assembleia-geral e, naturalmente, negocieei, como eu pude, com avaliações. Aliás, que isso veio à reunião de Câmara e está tudo devidamente fundamentado. Agora, o problema não é só realmente comprar. É preciso pagar, é preciso tomar posse, e eu tive dificuldades, percebeu. Não há aqui nenhum inconveniente na vontade de dar corpo a esta iniciativa. O inconveniente surgiu porque este loteamento tinha um ónus mal lançado. O ónus era, portanto, a Lusitâniagás fez passar, curiosamente não fez, havia até nisso, o passado tem estas coisas, havia um ónus em favor da



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Lusitâniagás que não podia fazer fosse o que fosse, dado que a conduta do gás passava lá. Sabe que não passa. Passa muito longe. Portanto, esse ónus era impeditivo de fazer a escritura. Para que não tenha dúvidas, para que saiba que o seu Presidente é um homem que quer assumir a palavra até, naturalmente, à exaustão, já informou os meus colegas da Câmara, na última, por acaso olhe, está a falar, na última reunião, de que iria brevemente pagar o loteamento e que iríamos fazer um regulamento adequado para já venda dos lotes às pessoas, naturalmente, que deles necessitem, mas com condições especiais de carência, número de familiares. Quer dizer, o chamado regulamento, esse não está ainda aprovado, porque nem sequer está devidamente organizado, mas estamos nessa fase e contamos, durante este ano, fazer tudo isso, vender, portanto, aquilo que efectivamente não correu bem até aqui, mas por vontade alheia à da Câmara Municipal. Portanto, Senhor Presidente da Junta, leve esta boa notícia para a sua terra porque nós, eu pessoalmente, Presidente da Câmara, nunca iria pôr lá um cartaz a dizer loteamento municipal – penso que é o que diz – se não fosse. Teve este contratempo, que eu naturalmente não posso ultrapassar. Portanto, penso que era esta resposta.-----

----- Quanto aos trinta por cento das, dez por cento, olhe que eu penso que são mais, dez por cento de construção fora dos perímetros urbanos, Ancas ainda privilegiou, porque há aldeias inteiras que estão fora do PDM ainda em vigor. A responsabilidade, não sei de quem foi. Mas, se calhar, não estará muito longe. O que é verdade é que Ancas tem uma situação que pode, naturalmente, vir a melhorar, um pouco, as agruras que os cidadãos daquela terra têm passado em termos de construção. Muito obrigado.”-----

----- Decorrida a resposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Dino Rasga do Grupo Municipal do PSD, que fez a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Muito boa tarde a todos, nesta minha, penso, primeira intervenção. Começaria por cumprimentar a Mesa da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara e os Vereadores presentes, os colegas Deputados, a comunicação social, o público aqui presente nesta Assembleia. A minha intervenção neste período antes da ordem do dia tem como base talvez o facto de hoje, aqui nesta Assembleia, estar previsto na ordem de trabalhos o ponto quatro que vai falar de Escolas, se calhar não de ensino, mas de Escolas, e eu não queria deixar passar nesta Assembleia a lembrança de algumas pessoas que, não sendo de Anadia algumas, deram a Anadia, durante algumas décadas, uma base de educação e que, por onde nós passámos, eu incluo-me nesse grupo, se calhar muitas centenas, talvez milhares, de Anadienses arrancaram através deles para o seu futuro. Estou, naturalmente, a pensar no Colégio Nacional e esta lembrança vem-me do falecimento, há relativamente pouco tempo, de um homem que, naturalmente me terá puxado as orelhas algumas vezes, se calhar, até terá dado alguns estalos, não foi por isso que fiquei traumatizado, agora penso que os problemas são outros, e que estou-me a referir concretamente ao Senhor Dr. Diógenes Nunes Vidal, falecido há algum tempo. Incluo neste caso, também, a memória do Senhor Dr. Oliveiros e da Senhora Dr.^a Albertina Oliveiros.



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Naturalmente que foram três pessoas, que foram a coluna vertebral do ensino neste concelho durante dezenas de anos. Eu sinto-me honrado, e estou certo que todos os que passaram por aquele Colégio se sentem honrados e, portanto, eu não queria deixar passar, nesta Assembleia, a memória do Senhor Dr. Diógenes e destas outras duas pessoas, que eu penso que, futuramente, para não adiantar muito, futuramente, poderão merecer algum relevo no espaço próprio, aquele em que eles trabalharam e que andaram e que nos serviram a nós Anadienses. Muito obrigado.”-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões do Grupo Municipal do CDS-PP, que completou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Eventualmente, como estamos ainda antes da ordem do dia, mais uma sugestão do que uma proposta, eventualmente, que não vou fazer por escrito, mas que podíamos tomar em consideração, se achassem conveniente. É que, a entrega de elementos, parece-me um desperdício de papel, pelo menos para quem tem possibilidades de receber em suporte informático, o envio destes documentos todos. Primeiro, por várias razões: por dificuldades de arquivo, por dificuldades de, por economia de custos, e até porque podíamos adoptar aqui uma política ambiental em termos de Assembleia na diminuição do consumo de papel. Portanto, era só uma sugestão, caso concordassem, de, para quem estivesse interessado. Isto podia ser feito com uma lista só à saída para que cada um preenchesse, que eu acredito, também, que nem todos tenham disponibilidade de utilizar os meios informáticos. E não quero estar aqui, de modo nenhum, a minimizar, ou a minorar as capacidades de cada um, mas se isto fosse entregue em CD, junto com a convocatória, pelo menos a mim, facilitava-me imenso, que eu tenho de ver isto no caminho e, em papel, é muito complicado estar a dispor este papel todo por cima da mesa e analisar tudo isto. Era só. Muito obrigado.”-----

----- Aproveitando a intervenção do Senhor Deputado Sidónio Simões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer ao Plenário que na última reunião havida entre o Senhor Presidente e a comissão composta por cada um dos representantes dos Grupos Municipais, tinha ficado decidido, e apesar de se tratar apenas de um conselho consultivo, por intervenção de todos os presentes, que iriam, o mais breve possível, tentar resolver esse problema. Nessa conformidade, informou que o Senhor Cândido tinha já uma password para disponibilizar a cada um dos Senhores Deputados para poderem aceder à página da Câmara Municipal no sítio da Internet. E, adiantou, também, que por uma mera questão de tentarem ver se o procedimento funcionava, ou não, da referida página já constavam os documentos de suporte da sessão em curso e, a partir daquele momento, passariam a estar os documentos das sessões futuras.-----

----- No entanto, não deixou, também, de referir que enquanto se mantivesse o Regimento em vigor, a documentação teria de continuar a ser remetida aos Senhores Deputados. Não obstante, informou que a documentação já se encontrava disponível na página da Câmara Municipal, devendo os Senhores Deputados proceder à sua autenticação, num pequeno lugar criado ao fundo da página, do lado esquerdo, para o efeito. Nesse mesmo lugar, acrescentou, os Senhores Deputados deveriam inserir o seu login e a sua password e, imediatamente, teriam



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acesso a todos os documentos daquela sessão da Assembleia Municipal e das sessões futuras.--

----- Quanto a outro tipo de suporte, informou o Senhor Deputado Sidónio Simões de que, quando a comissão discutisse a questão da alteração, ou das eventuais alterações ao Regimento, o seu Grupo Municipal poderia, obviamente, colocar esse assunto no devido lugar, e no devido momento, a fim de ser analisado. Entretanto, esclareceu que a opção pela colocação na página lhes pareceu importante e o lugar mais indicado, na medida em que qualquer pessoa poderia descarregar os documentos para uma pen, para um CD, ou outro. Antes de terminar, voltou a reforçar que o procedimento entretanto adoptado não poderia ser único, porquanto os Senhores Deputados teriam de receber toda a documentação em suporte papel.-----

----- De imediato, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões que concluiu o que de seguida se passa a tentar transcrever na íntegra: "Precisamente por me terem transmitido o que se passou, é que eu alertei para isto. Porque, das Câmaras que eu conheço, e como os elementos têm de vir juntos com a convocatória, é sempre feito num suporte que vem, ou junto, ou que vem a seguir. Nunca se vai ao portal buscar. Portanto, há um elemento que vem. E, não seria, suponho eu, que não seria necessário haver alteração, se houvesse uma listagem que cada um assinasse a dizer que queria receber em suporte informático, ou não receber. Porque receber em papel, ou em suporte informático, não me parece que obrigue à alteração do Regimento. Mas, eu estou-lhe a dizer isto, porque conheço várias Câmaras que fornecem em suporte informático, sem ter havido alteração nenhuma. É um pedido do próprio Deputado, assim, eu quero receber em suporte informático, o outro diz, eu quero receber em suporte papel, e cada um recebe, porque já há alguma economia de custos se houver alguns a receberem em suporte informático."-----

----- Em resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que o seu entendimento, e enquanto Presidente da Assembleia, aquela situação teria de ser reformulada no Regimento. Quanto ao resto, havendo a faculdade de descarregar os documentos da página da Câmara Municipal, qualquer pessoa os poderia passar para um qualquer tipo de suporte informático.-----

----- De seguida, concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais do Grupo Municipal da CDU, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Ora boa tarde, Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, estimado público e comunicação social. Eu gostaria de perguntar aqui, fazer uma pergunta aqui ao Senhor Presidente da Câmara. Há meio ano atrás interroguei-o sobre uma situação do Vidoeiro, em que a Câmara tem um protocolo firmado entre a empresa Socasca, sobre dificuldades de acessibilidade às habitações pela população nos períodos da época da chuva, derivado aos detritos que os camiões utilizam no acesso à chegada à empresa. Gostaria de perguntar-lhe se esse protocolo é para se concretizar, ou não, uma vez que a população, se for para não se concretizar, irá tomar medidas."-----

----- Segunda pergunta: nas recentes declarações do Senhor Presidente de Câmara à



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

comunicação social, diz que o PDM do nosso concelho está por um fio. Eu pergunto se esse fio tem a duração de doze meses, ou mais, ou é escassos meses.-----

----- Também na última Assembleia interroguei o Senhor Presidente de Câmara sobre o Fundo Social da Feira. Em recente comunicação à comunicação social, o Senhor Presidente diz que o Regulamento está pronto e eu pergunto se tenciona, nesse mesmo Regulamento, integrar, se estão integrados alguns elementos representantes de Grupos Municipais para fiscalizar esse mesmo Regulamento, ou não.-----

----- Quarto. Numa comunicação à comunicação social, o Senhor Presidente disse que tinha sido interceptado por uma auditoria à Câmara, por uma auditoria às Zonas Industriais do nosso concelho. Pergunto se é possível o Senhor Presidente informar esta Assembleia se essa auditoria já foi efectuada e quais os resultados.-----

----- E, também, falando na Zona Industrial do Paraimo, na última Assembleia interroguei o Senhor Presidente de que ao lado Sul, na parte da Central Eléctrica, a Câmara executa escavações, escavações essas que estão junto a um caminho público. Acontece que nesta época do ano já algumas crianças frequentam esse local, e tendo em conta que derivado à época das chuvas, neste momento, derivado às escavações das terras que já têm um declive muito grande, a qualquer momento pode cair uma criança ao lago e correr perigo de vida. Peço ao Senhor Presidente de Câmara que tome as devidas precauções de segurança na vedação.-----

----- Quinto. Sobre o Centro de Alto Rendimento. Surgiu, também, na comunicação social, o Senhor Presidente informou a comunicação social de que o Centro de Alto Rendimento estava a funcionar em pleno. Estagiaram lá, ou não, atletas? Dormiram ou não? Comeram ou não lá? Uma vez que o Centro de Alto Rendimento está a funcionar em completo, ou se a Câmara tem alguma parceria pública privada com a instituição que serviu as refeições e deu alojamento. É só."-----

----- Para responder às interpelações feitas pelo Senhor Deputado João Morais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que prestou o esclarecimento que se tenta transcrever na íntegra: "Estão aqui na minha coisa, oito ou nove perguntas que eu vou procurar responder muito sucintamente, como é normal. Primeiro. Tinha realmente um protocolo com a empresa, portanto, no Vidoeiro, mas mudou a gestão e esse, como é lógico, esse protocolo, enfim, não foi assumido ainda pela nova gerência. Logo que seja, nós estaremos disponíveis para o executar. Pensamos, mesmo, no Verão que vem, que, porque voltamos à carga, isso vai ser possível. No entanto, como compreende, depende sempre um pouco de terceiros, porque são eles, o próprio protocolo prevê a participação financeira dessa empresa. Não sei se se lembra do primeiro protocolo.-----

----- Dois. O PDM de Anadia não está preso, está solto. Ainda hoje está a decorrer uma reunião, portanto, do PDM com as entidades que são interventivas neste projecto que já dista de há muitos anos a esta parte, mas que, efectivamente, portanto, neste momento, não está parado. Ainda hoje, mesmo, houve uma reunião, às dez horas e trinta minutos, na CCDR, e Coimbra, portanto, para tratar dos assuntos que estão pendentes. Quero-lhe dizer que por causa da



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia Municipal, o que está correcto, não é, não tive a possibilidade de acompanhar o desenvolvimento. Portanto, não lhe posso dizer, neste momento, dizer uma palavra muito simples, se correu bem, se correu mal. Penso que pior que aquilo que tem corrido, não terá corrido, de certeza.-----

----- Sobre o Fundo Social, também lhe quero dizer que funciona. Já foram atribuídas, portanto, alguns apoios, ou vão ser, mas já está decidido. E, quanto à fiscalização, como sabe, os Grupos Parlamentares não têm o direito de fiscalizar. A Câmara, quem tem o direito de fiscalizar a Câmara é a Assembleia Municipal. É claro. Organizem aí, se tiverem alguma dificuldade, ou alguma dúvida quanto ao seu funcionamento, a Assembleia que se organize e, de acordo com isso, com certeza que estamos disponíveis para pôr as cartas na mesa e ver como é que nós actuamos. Mas quero-lhe dizer, sinceramente, que, à partida, o Regulamento, portanto, tem todas as condições para funcionar e já foram duas candidaturas aprovadas, entre várias que foram e vão sendo. As pessoas também nem sempre tinham conhecimento do Fundo. Provavelmente agora que o Fundo existe, vai, com certeza, avançar isso. Espero é que o Fundo se vá engrossando, de maneira a que dê uma resposta positiva para o concelho, embora, de forma contrária, gostaria é que pouca gente tivesse necessidade autêntica do Fundo. Isso não posso garantir nada disso porque também não sei como vive cada um dos agregados a que o Fundo, agregados ou não, a que o Fundo se propõe.-----

----- Portanto, também fala das auditorias às Zonas Industriais. É natural que o Senhor lhe chame auditoria. É uma inspecção da... Foi-me comunicado que iria ser feita uma inspecção, portanto, pela DGAL, e estamos a aguardar. Também não lhe posso dizer nada. Nós não escondemos nada disso. A própria comunicação social está atenta a isso e sabe que é assim.----

----- Sobre o que refere das escavações da Zona Industrial do Paraimo, nós não estamos lá a fazer nenhuma escavações, mas reconhecemos que há lá buracos. E os buracos são feitos. Sabem que hoje, e esta Assembleia tem de estar consciente disso, não se pode, neste País, há as leis, mas, depois, regulamentá-las, pô-las em prática é um quebra-cabeças. E, portanto, não se pode praticamente extrair saibros em quase lado nenhum. Então, rouba-se. As noites são longas. Hoje as rectros são silenciosas, quase, e vão roubando. E acontece. Você tem razão. Acontece esses buracos. Já pensámos, naturalmente, ir tapando neles, pelo menos, naqueles que são mais perigosos. Mas fizemos uma visita ao local e não havia água. Só se houver agora. Nestes dias de chuva pode ter acontecido, mas também não fomos lá. Mas, se isso acontecer, fique tranquilo que nós iremos dar uma saída, pelo menos às águas, ou pelo menos minimizar, naturalmente, esses buracos. Não são grandes buracos mas é o suficiente, sim Senhor, num caso de acidente, para alguém se magoar.-----

----- Quanto ao Centro de Alto Rendimento. Sabe, eu ouvi dizer com frequência que se tratava de um equipamento que seria sempre um elefante branco. Porque eu não queria que ele fosse elefante branco, sabe que hoje trata-se de uma obra nacional, que vai, inclusivamente, ter uma parte na gestão, da responsabilidade nacional. E, nesse sentido, estamos exactamente a criar as condições de assinatura de protocolos para saber até onde é que vai a responsabilidade do



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Município e a responsabilidade das entidades, que neste caso é o IDP, o Instituto do desporto de Portugal, que irá, naturalmente, juntamente com a Câmara, criar um modelo adequado para que o Centro de Alto Rendimento seja efectivamente aquilo que nós desejamos que seja. Ainda ontem estiveram lá a Selecção Francesa de Ciclismo e vem uma proposta de estágio. Portanto, está a funcionar, tem um calendário – se quiser podemos dar-lhe esse conhecimento – tem um calendário de grande ocupação, desde Abril até Dezembro do ano que vem. Desde Dezembro deste ano, digo. Portanto, estamos a trabalhar com algumas limitações ainda, porque o tipo de investimento e o tipo de empreendimento assim o aconselham. Mas, quero-lhe dizer, que para já Sangalhos e a Região não está já a perder nada, porque são inúmeros os atletas das respectivas Federações que ali estão instaladas, que já vêm para ali todas as semanas e que já dão vitalidade às nossas instalações hoteleiras, nomeadamente lá a, como é que se chama, a Estalagem, aqui ao Palace, aqui ao Cabecinho, etc.. Portanto, para começo, nada me preocupa. Sabe o que é que me preocupa? Que não me perguntou, mas eu também lho quero dizer. É que da parte do Estado ainda não recebi nem um tusto. Mas, estou convencido que numa visita próxima do Senhor Secretário de Estado, ou de quem o represente, ou do IDP, que vamos começar a pôr as contas em ordem. A resposta que me dão é que não há orçamento aprovado e que, portanto, a dificuldade de pagamento é alguma. Temos de ter essa boa vontade em acreditar, portanto, a boa fé das pessoas. Nunca me enganaram, em especial nesta obra, também não penso que me vão enganar agora. Portanto, isso, se calhar, não estava a contar, estava a pensar que a Câmara estava cheia de dinheiro, mas ainda lá mora um pedaço, uma nota daquelas que ainda faz cantar muitos cegos, não é só um cego. Portanto, mas eu não tenho nenhuma dúvida. Vou receber porque tenho protocolos firmados, devidamente assinados. Acredito naqueles que têm trabalhado comigo. Não sei se ficou alguma coisa atrás, mas se ficou, peço desculpa.”-----

----- Terminados os esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o Plenário da apresentação, por parte do Grupo Municipal do CDS-PP, de três requerimentos para serem reenviados ao Senhor Presidente da Câmara, a solicitar o acesso aos seguintes elementos e informações através de consulta: Projecto do Velódromo e procedimento de contratação, Pavilhão Multiusos e procedimento de contratação. Também no sentido de prestação por escrito da seguinte informação: estádio e evolução da tramitação processual da Revisão do Plano Director Municipal de Anadia e, também, dados referentes à questão do Curia Tecnoparque e do seu edificado e que se resumem nas seguintes questões: como está a ser utilizado e ocupado todo o edificado do Tecnoparque, quais os edifícios e equipamentos que se encontram devolutos, que razões levam à sua não rentabilização e degradação contínua.-----

----- Deu também a conhecer da apresentação, por parte do mesmo Grupo Municipal, de duas propostas com vista a uma tomada de posição na Assembleia, que leu e se passam a reproduzir: “Considerando que: um – o estado, perdão, estando a rede de esgotos a libertar com frequência efluentes para a rede hídrica, por falta de conservação; dois – motivo pelo qual



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se torna urgente uma auditoria às ETAR's e redes de esgotos; o Grupo Municipal do CDS-PP de Anadia propõe a constituição de uma comissão para auditoria às ETAR's e redes de esgoto. Não havendo indicação de intervenção, colocarei esta proposta à consideração dos Senhores Deputados através de votação".-----

----- Sem que tivesse havido qualquer pedido de intervenção relativamente à proposta apresentada, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a mesma a votação, concluída a qual anunciou que a proposta do Grupo Municipal do CDS-PP tinha colhido dois votos favoráveis, vinte e quatro votos contra e oito abstenções, logo, tinha sido rejeitada, por maioria.-----

----- Continuando, deu a conhecer ao Plenário a segunda proposta apresentada pelo Grupo Municipal do CDS-PP, no sentido da Assembleia Municipal, ao abrigo da Lei nº 8/2009, de 18 de Fevereiro, e do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia, deliberar da Constituição do Conselho Municipal de Juventude, nos termos da lei, assim como de recomendar à Câmara Municipal de Anadia para que inicie, nos termos da lei, a elaboração do respectivo regulamento, apresentando, em anexo, uma proposta de regulamento para aquele Conselho. Entretanto, aproveitou para informar os Senhores Deputados de que a Câmara Municipal se encontrava a diligenciar a instituição do Conselho Municipal de Juventude do concelho, tendo já inclusivamente enviado várias documentações, requerendo propostas para a constituição desse grupo. E, acrescentou, também, salvaguardando o facto de deixar o assunto à consideração dos Senhores Deputados, que pela leitura que fazia da lei, competia à Câmara Municipal e a esse grupo elaborar o documento para ser posteriormente apreciado pela Assembleia. Portanto, pessoalmente, considerava que o documento apresentado pelo Grupo Municipal do CDS-PP era um pouco extemporâneo. De qualquer modo, submeteu o assunto à consideração dos Senhores Deputados presentes.-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Concordo com o Senhor Presidente da Mesa. É extemporâneo. Efectivamente, já há diligências nesse sentido e apenas fica a recomendação e a proposta de regulamento que foi apresentado, retiramos, se quiserem aproveitar. Retiramos, portanto, a proposta de criação. Fica apenas a recomendação e, eventualmente, se quiserem aproveitar o regulamento, teríamos muito gosto."-----

----- Prontamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que a Mesa iria enviar a documentação ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e, de seguida, deu entrada no período da ordem do dia, para o que solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que procedesse à introdução do seu primeiro ponto: "*Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e) do n.º 1 do Artigo 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)*". O Senhor Presidente da Câmara Municipal efectuou a introdução que a seguir se passa a tentar transcrever na íntegra: "Bem, se há coisas que não mudaram muito, é a forma de apresentar



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

este documento, que de uma forma mais ou menos... Portanto, nós, como sabem, por força da Lei temos de apresentar um documento onde estejam elencadas todas as actividades do Município. Penso que este documento, a exemplo dos anteriores, que vem referir exactamente isso. Mas, mais. No momento em que exactamente não há Orçamento de Estado, as pessoas estão com alguma dificuldade em assumir responsabilidades, nas Câmaras e não só. Fala-se, inclusivamente, e eu acho muito bem, que as Câmaras, também as Câmaras, não é só o Estado, passem a pagar juros das suas dívidas. Não é só nós, cidadão comum, que paga juros das nossas. Acho muito bem. Isso não vai afectar a Câmara Municipal de Anadia porque ela não deve nada a ninguém, como sabeis. Como sabeis, eu vou reafirmando isto. Por enquanto não deve nada a ninguém e penso que, a não ser, naturalmente, as contas bancárias longo prazo, mas, até aí, estamos longe daquilo a que realmente é a nossa possibilidade. Portanto, mesmo assim, com essas dificuldades todas, há realmente aqui um número de trabalhos, que se têm vindo a realizar, bastante significativos. Temos a consciência que efectivamente alguns troços de estrada não se encontram em boas situações, mas também é verdade que o momento, em termos climatéricos, não é adequado para fazer. O que se vai fazer é gastar dinheiro público, e ele tem de ser bem gasto. Portanto, há que haver compreensão por parte das populações, e tem havido, e naturalmente, também, desta Assembleia, porque estender tapete, desde que haja dinheiro, meus amigos, fazem-se quilómetros, se for preciso, por dia. É preciso é que haja dinheiro, efectivamente, para pagar a quem os faça. Portanto, é uma palavra de esperança que, essa parte complicada das estradas, e este ano vai ser mais complicada porque choveu mais, porque, enfim, estas coisas estão mais difíceis em termos de humidade, destrói mais os pavimentos, portanto, as deficiências são mais evidentes. Mas vamos resolver isso. Portanto, é talvez aqui, aquilo em que não temos sido tão, digamos, tão executivos como fomos no passado. Mas lá virá seu tempo. Muito obrigado, Senhor Presidente.”-----

----- No seguimento da introdução feita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-PP, que efectuou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Em relação a este documento, eu só queria dizer que apresenta algumas melhorias, mas ainda não cumpre a lei. Continua a não cumprir a lei porque continua a não se dar cumprimento ao número quatro da sessenta e oito, do artigo da cento e sessenta e nove, com as respectivas alterações, que obriga da informação da actividade da Câmara, na qual tem de estar presente, também, os resultados nas associações, federações. Continua a não haver nada sobre esse item. Depois, o que diz a lei, também, é que tem de aparecer a listagem de dívidas a fornecedores à data, como é lógico. A Câmara poderá ter tudo pago, mas não tem tudo naquele dia. Hoje na Assembleia, de certeza que haverá facturas a pagar. Portanto, isso também não aparece cá e está previsto na lei.-----

----- Depois, se me é permitido, ainda, queria fazer aqui só mais alguns reparos porque é muito temático, ou muito simples a informação que nos é dada. Não chega para apreciarmos nada. Por exemplo, no caso de Vale do Boi, aparece aqui preparação de diversas vias. Eu queria



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

questionar aqui. Na altura das eleições, o Senhor Presidente acho que também passou lá, houve lá uma inundação numa casa por causa da uma má drenagem. Aquilo inundou tudo. Estava para lá tudo aos gritos. Eu, por acaso, tive o azar de passar lá na mesma altura. Eu gostava de saber se isso foi resolvido, ou se está a pensar resolver.-----

----- Depois, o Senhor Presidente disse aqui, com toda a pompa e circunstância, e muito bem, apoio na construção de lombas de redução de velocidade e passadeiras de peões. Eu só queria alertar aqui a Câmara, e se não tiverem disponível eu disponibilizo, que até tenho aqui, posso disponibilizar em PDF, que não está a ser cumprido, em quase nenhuma, acho que há duas feitas de acordo com o Despacho Normativo, o que é extremamente perigoso para a Câmara. Aliás, aquilo até prevê que tenha de se ouvir a entidade responsável pelo Código de Estrada na zona, assim como prevê que se tenha de ouvir as transportadoras que operam na zona. Além de muitos outros itens que não estão a ser cumpridos. Eu só queria chamar a atenção porque se houver um acidente a Câmara vai ter, se for a Tribunal, a Câmara vai gastar dinheiro, desnecessariamente. Depois, queria perceber se há um plano para instalar as lombas porque há regras muito específicas. O Despacho 109/2004 da DGV é muito claro em que situações é que se podem implantar. Eu estou a ver uma, por exemplo, aquela à saída de Grada, está extremamente elevada, não cumpre a legislação, além de estar com inclinação. Não podia ser implantada ali porque a inclinação é superior ao permitido por lei. E não tem dimensão porque é uma paragem de autocarros, ela teria de ter no mínimo seis metros de comprimento. Portanto, isto é o que está no, portanto, nas alíneas a), b), c), e g), do número quatro catorze do Despacho, mais o quatro dois dois, mais o cinco ponto oito, são os aspectos construtivos, que não estão a ser levados em linha de conta em nenhuma delas. Portanto, eu só queria dizer. Eu tive o cuidado, na primeira lomba que a Mealhada instalou, eu despistei-me. E tive o cuidado de mandar para lá o regulamento, e eles agora até parece que estão a cumprir. Assim como há algumas, caso de uma da Mealhada que já passou várias vezes na televisão. E nós temos uma outra situação. Estas lombas não podem ser feitas quando não há passeios dos dois lados, que é uma das regras para fazer as lombas. E há várias situações em que não há passeio dos dois lados. Isto, eu queria ser temático, mas, já agora, gostava... Isto são, atenção, eu estou a dizer isto como oportunidades de melhoria e como princípios para não termos chatice, porque, como elemento da Assembleia, não me interessa nada que a Câmara pague coisas que eu tenha de ir a Tribunal sem necessidade nenhuma.-----

----- Depois, o Centro Escolar de Arcos. Eu passo ali todos os dias, todos os dias vou trabalhar, e tenho sentido que aquilo não anda nada. Eu gostava que o Senhor Presidente me dissesse se houve algum problema. Eu vi lá fazer um reforço estrutural, parece-me um reforço estrutural, no topo, na cobertura, com perfis de aço, queria perceber se houve algum problema estrutural, se não houve. Não me compete a mim, mas, de qualquer modo, como eu vejo aquilo, não tem evolução, eu passo ali todos os dias não vejo grande andamento. Só queria perceber se há alguma coisa, ou não. Isso não queria que levassem, de qualquer modo, a mal, é uma questão de, como passo todos os dias, reparo.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Depois, a Biblioteca Municipal. Acho muito bem. É um equipamento que efectivamente me parece, pelo que está aqui, que está a dar rendimento. Agora, eu aconselhava, eventualmente para esclarecer melhor os Deputados, e até a população, que houvesse indicadores destas coisas. Quantas pessoas servem, quantas pessoas é servida, isto é importantíssimo, até porque quem financia equipamentos gosta de ter resultados.-----

----- Depois, só aqui mais uma questão. O Senhor Presidente, recentemente, mandou para os jornais uma notícia em que diz que foram entregues à CCDR os elementos para se pronunciarem sobre o Plano. Eu suponho que queria dizer, não sei se é, e eu aqui queria que me esclarecesse, que era que a Comissão Técnica se pronunciasse, porque o parecer da CCDR nem é vinculativo. Não é. Parecer vinculativo, com a actual legislação, é da CTA, da Comissão Técnica de Acompanhamento. E queria que me explicasse, porque aqui não é dito. Por exemplo, aqui quando fala na entrega de elementos, não diz mais nada, não diz que elementos é que entregou. Eu gostava de saber se nesses elementos consta, ou não, o que está, primeiro, se a Câmara, como não tinha parecer, suponho eu, isto também não estou a falar, não tenho a certeza, portanto, gostava que me explicasse que, se já tinha parecer ou não anterior da CTA final. Porque, se não tinha, tem de cumprir o Decreto Regulamentar, e nos termos do Decreto Regulamentar, do 11/2009, de 29 de Maio, eu queria saber, se tiver de cumprir, se foi dado cumprimento, nesses documentos, ao previsto na aliena a), do Artigo 7.º, que tem a ver com a fundamentação da avaliação da dinâmica urbanística e de execução do PDM em vigor. Porque era necessário demonstrar qual era a eficácia, qual era a execução do Plano que está. Mas isto são só esclarecimentos que eu pretendia que me desse para poder, de algum modo, se algum dia precisar de alguma ajuda, poder ajudar.-----

----- Depois, relativamente aos pagamentos a empreiteiros e fornecedores, o Senhor Presidente só diz que estão regularizados. Já disse antes, portanto, é necessário uma listagem. A lei obriga que apareça uma listagem do que está em dívida à data. Isto era só os esclarecimentos que eu pretendia. Muito obrigado.”-----

----- Para prestar os esclarecimentos solicitados pelo Senhor Deputado Sidónio Simões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que passou a esclarecer o que se tenta transcrever na íntegra: “Quando querem aqui um documento a falar das dívidas da Câmara aos fornecedores, eu quer explicar ao Senhor Deputado que o que acontece é uma coisa precisamente ao contrário. Nós convocamos, eles não estão habituados a receber tão rapidamente que temos de ser nós a convocá-los para trazer os respectivos recibos para receber, portanto. E temos mais isto. Os pagamentos a que se refere vêm a todas as reuniões de Câmara, é uma questão de os pedirem que nós damos também, a todas as reuniões de Câmara com tudo aquilo que efectivamente nós temos em termos de contabilidade. É uma Câmara que, nesse sentido, tem uma actividade perfeitamente transparente. Aquilo que falta, e que gosta de ver, peça, que a gente dá-lhe. Aliás, pediu aí nuns requerimentos há bocadinho, ou até há bastante tempo, o PDM tal qual provavelmente ele está e ainda continua a dizer eu quero saber se foi isto, se foi aquilo. Olhe, meu amigo, eu nem



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

isso sei. O que eu lhe sei dizer é que está a ser executado de acordo com a legislação actualmente em vigor. Tem esse problema do tecido urbano, tem o problema ambiental, tudo isso são coisas novas, como sabe. Fizemos isso. De outra maneira, a tal Comissão, e quando se fala CCDR sabe que o Plano de Anadia, curiosamente, é o que está, é uma excepção. Aliás, tem sido excepção quase em tudo, não é? É o que está a ser gerido por um técnico, que não a própria DGOTDU, porque devia sê-lo. E, portanto, já vê o que se criou para aí, essa série de situações. Hoje, porque não tínhamos a discussão final do PDM, ele não foi considerado e tivemos de fazer um PDM novo. Fizemos aqui. Fizemos aqui na Câmara. Está feito, respeita, naturalmente, todas as regras. A reunião de hoje o dirá, o que é que estará a faltar. Provavelmente, nada é perfeito, alguma coisa faltar. Mas temos a capacidade, aqui na nossa casa, com o nosso equipamento, de lhe dar resposta. Da nossa parte não vai falhar. Quero-lhe dizer, exactamente, sobre PDM, exactamente isto, é que o PDM, o Senhor diz que não tem nada que ver com a CCDR. Acho bom que o Senhor diga isso para eu ter a oportunidade de lhe dizer: ainda no mandato anterior, que andou aqui o Vice-Presidente da CCDR e os Engenheiros que estão afectos a essa área do ordenamento, que funciona na CCDR, andaram aqui, local a local, a verificar as propostas da Câmara Municipal, das quais concordaram, ou não concordaram, é um assunto que também não tenho que estar aqui, naturalmente, a dizer. A decisão era deles, portanto, eles é que a têm de assumir. Portanto, o PDM, ainda vai haver muita gente, esta é a minha opinião, de optimismo, é claro, ainda vai haver muita gente daqui a um mês ou dois dirá: eu é que fiz. Eu já estou habituado. A comunicação social está cheia dessas coisas. População de Anadia contra o arranque das árvores e tal. Há três pessoas. É que nós, a comunicação social tem de ter algum cuidado, também nisso. É que houve três pessoas. Foram todos consultados, e três pessoas, curiosamente da mesma família, é que não estavam de acordo. Não estavam de acordo porque não gostam. Eu também há coisas que eu não gosto, não como, não é? A minha esposa não gosta de massa. Eu gosto. Sou um louco por ela. Está a perceber. Isso são as coisas, são assim. Isto é assim. Mas, no entanto, a página: *População de Anadia revoltada, não sei o quê, contra o arranque das árvores*. Até dá ideia que arrancámos uma floresta ali na Praça do Capitão-Mor. Portanto, estas situações, eu acho que estes momentos, de Assembleia, de jornalismo, acho que são extraordinários. Mas, o julgamento pelos erros, pelos crimes ambientais, pelos crimes de urbanização, pela corrupção, são, é o Tribunal que os julga. E eu, cá estarei à espera. E o PDM que está a reclamar, quero-lhe dizer que se todos os indivíduos fossem pedir uma coisa, uma, digamos, o documento do PDM, aliás houve um Presidente de Junta que pediu, nós não temos capacidade de dar. Mas o PDM actualmente é feito na cara das pessoas. Está no site da Câmara. Não tem nenhum problema. Vão lá ver, não tem nenhum problema. Agora, gostam de trazer os papelinhos e tal. Mas, quando aqui há bocadinho tudo reclamava, ou pelo menos um Grupo reclamava, que é papel a mais, sinceramente, não sendo preciso papel, ele já está no sítio certo. Vão ao site que estão lá todos os nossos processos. Todavia, nós responderemos.-----
----- Quanto à Biblioteca, orgulha-me de dizerem alguma coisa de bem. Também não tinham



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nada que dizer de mal. Uma obra de raiz, está construída, não tem problema nenhum. Portanto, está a funcionar, se calhar não tanto, não tão bem, nem para quem desejava que funcionasse, mas ela é pública e, portanto, publicamente tem conseguido atingir os seus objectivos.-----

----- Sobre o Centro Escolar de Arcos, não sofreu qualquer alteração o projecto. Reconhecemos que este tempo tem criado alguns atrasos na obra, mas o empreiteiro já foi disso notificado.----

----- Depois, sobre as lombas. É um problema técnico, não me pronuncio, mas vou, naturalmente, dizer aos técnicos, enfim, que procedam em conformidade com a lei. Não gosto de gastar dinheiro para não estar de acordo com a lei. E penso que respondi, mais ou menos. Se alguma coisa ficou é porque não tenho resposta. Muito obrigado.”-----

----- Decorridos os esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara Municipal, e para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-PP, que concluiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Não. O Senhor Presidente, se calhar na linguagem corrente, eu também diria a mesma coisa. Mas, como técnico, eu não posso aceitar a maneira como foi dito. No que se refere ao parecer da CCDR, o parecer da CCDR não é vinculativo. É o que diz a lei claramente. O que é vinculativo é o parecer da Comissão Técnica de Acompanhamento, que está constituída, senão não podia haver revisão do PDM. Depois, eu contra o PDM nunca reclamei nada. Eu nem tenho terrenos, portanto, não posso reclamar, não tenho nada para reclamar. Nem tenho que me preocupar. O que eu pretendo, efectivamente, e pelas solicitações que nos vão chegando, é que ele seja resolvido. E parece-me que é só, é só um problema de linguagem.”-----

----- Para responder, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu o que se tenta transcrever na íntegra: “Repare, ele não tem que se preocupar, porque tem realmente, nós em Anadia temos realmente um bom PDM e tem a assinatura dele. Não tem que se preocupar, está tudo tão bem. É só isso que eu queria dizer.”-----

----- Para voltar a intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-PP, que referiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Bom. Senhor Presidente. Em relação ao PDM, e ter o mesmo PDM ainda, a culpa é só da Câmara, porque de acordo... O Senhor Presidente outro dia disse aqui na acta anterior, e agora voltou a referir, quase tentando dizer a mesma coisa, que a culpa era de quem o tinha feito. Não é. A culpa é da Câmara que não fez a revisão em tempo, porque efectivamente o que diz a lei, e os cinco anos estavam muito bem, os cinco anos foram uma precaução, precisamente porque havia muita legislação a mudar, o que a lei diz é que devia ser revisto antes de decorridos dez anos. Antes de decorridos até podia ser no ano seguinte. Assim como as revisões devem ser feitas, qualquer revisão, antes de decorridos dez anos. O Senhor Presidente pode fazer uma hoje e daqui a dois anos podia fazer outra.”-----

----- Novamente para responder, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu o que se tenta transcrever na íntegra: “É



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que a lei, meus caros amigos, a lei é igual para todos. E, quando o Senhor Engenheiro Sidónio deu cinco anos lá com a equipa dele, não podia dizer porque a lei dizia dez e ele sabia que estava a fazer uma coisa tão mal, que até pôs lá cinco anos. E passou, olhe, lá na resolução do Conselho de Ministros passou. Há gafes, não é. É que esse é que é o grande problema. Ó Senhor Engenheiro, não fale porque eu qualquer dia trago aqui as imagens, não trago paleio fiado. Trago imagens, e o Senhor nas imagens, se calhar, até lhe dá alguma coisa. Tenha cuidado que eu não quero o seu mal. Eu ligo alguma coisa à sua lei. Eu ligo é à lei geral. Muito obrigado, Senhor Presidente. Desculpe lá, mas a lei é igual para todos os cidadãos e é essa, que é igual para todos os cidadãos, é a que eu respeito. E por isso é que eu ando à vontade por aí. E outros não andarão tão à vontade, porque deram encaminhamento à lei, ou deturparam a lei de tal maneira, que ainda hoje estamos a sofrer por isso. Eu trarei aqui a esta. Se é um desafio, eu não me importo nada que vocês me desafiem. Eu trarei aqui a esta Assembleia situações concretas subscritas, não pelo Presidente da Câmara nem pela Câmara desse tempo. Não quero aqui dizer que o meu antecessor foi o criminoso, porque não foi. O meu, quanto muito, o crime que teve esse Presidente foi, a quem respeito muito, em acreditar nos técnicos dessa altura. Isso é que foi realmente criminoso aí. Devia ter desconfiado deles e devia-os ter mandado embora porque eles quando viram que estavam com o pé metido em sarilhos, desapareceram. Ainda há pouco tempo lhe dei o convite para vir para cá e o Senhor não está disponível. E volto a reiterá-lo. Mas, qualquer dia, penso que faço asneira em o aceitar cá, porque o prejuízo será maior. Deixe-se andar por onde anda. Muito obrigado.”-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Tiago Coelho, do Grupo Municipal do PS, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Boa tarde a todos e todas presentes. Era um pedido de esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara. Não descurando os argumentos de ordem financeira, e até a invocação das condições climatéricas apresentadas, há mais de um ano que em reunião de Câmara esta comprometeu-se a enviar um técnico ao lugar de Pedralva, a fim de estudar a devida sinalização de prevenção rodoviária a colocar nos limites da localidade, nomeadamente na Estrada Nacional. Gostaríamos de saber como se encontra a situação e para quando é que as mesmas serão colocadas.”-----

----- Para responder, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que prestou o esclarecimento que se tenta transcrever na íntegra: “Repare, o problema da estrada da Pedralva vai ser resolvido numa, ou numa empreitada total, ou numa empreitada parcelar. E, por isso, é que não foi feito, ainda não houve a intervenção. Mas, está no nosso projecto. Temos dinheiro para isso e vamos fazê-lo. Neste momento, é aquela tentativa de, digamos, que eu fiz, de boa fé, de dizer que neste momento não é favorável a intervenção nos pavimentos, mas nessa altura, provavelmente, ou passadeiras, ou semáforos, alguma coisa se há-de fazer, no sentido de minorar, naturalmente, ali os perigos a quem ali vai circulando. Isso está no nosso projecto e vamos fazê-lo. Aliás, há projecto.”-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do Grupo Municipal do PS, que efectuou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Mais uma vez, boa tarde a todos. Eu gostaria de pôr duas questões ao Senhor Presidente da Câmara. Uma delas tem a ver com, atendendo às condições climatéricas que vivemos presentemente, e que são, de facto, de extremo rigor, que me lembre, não tenho conhecimento de um Inverno deste género, e, portanto, as questões aliadas à segurança das pessoas e bens, nomeadamente, preocupa-me. E, tanto quanto sei, está em elaboração um novo Plano Municipal de Emergência. E, portanto, o que eu perguntava ao Senhor Presidente era, qual era o ponto da situação deste Plano, em que situação é que se encontra, de facto, a elaboração deste Plano. Até porque, se é um facto de no Verão termos o problema dos incêndios que nos obriga, de facto, a ter bastantes precauções, de Inverno temos, e com o Inverno que temos, temos de facto de ter precauções acrescidas e acho que este Plano é, de facto, uma coisa muito importante, um documento muito importante a pôr em prática no concelho.-----

----- A segunda questão que eu gostaria de dizer, e tem a ver com a manifestação de uma opinião que já fiz noutras circunstâncias, que tem a ver fundamentalmente com a questão dos passeios que proliferam aqui, enfim, no nosso concelho e noutros, como é evidente, mas das condições em que os passeios se encontram. E, a propósito desta intervenção do meu colega de bancada, o Tiago Coelho, eu permitia-me alertar, e da resposta do Senhor Presidente, como é evidente, que diz que interviria, eu permitia-me alertar para o seguinte: a grande parte do concelho é essencialmente rural. O que nós temos é um conjunto de passeios que não são mais do que pequenas montanhas dentro do próprio, das próprias vias. Ora, isto a mim, pessoalmente, fere-me a sensibilidade porque eu vejo pessoas à noite a andarem a pé que, enfim, hoje é muito frequente, e vejo que elas têm extrema dificuldade em se movimentarem nos passeios. E, como é lógico, o que fazem é ir para a via. E daí, os perigos inerentes. Portanto, o que eu acho é que há que olharmos para todo o concelho, verificarmos as circunstâncias em que se encontram os nossos passeios. E não é preciso ir muito longe, basta irmos aqui à Avenida e vermos as circunstâncias em que os passeios da Avenida se encontram. Bem sei que está em curso, ou em programação, a intervenção da Regeneração Urbana, que irá contemplar, também, a Avenida, mas basta, dizia eu, olharmos para a Avenida Principal de Anadia para verificarmos e termos a noção da forma como se encontram os passeios. Portanto, eu acho que há toda uma reconversão que deve ser feita em termos de passeios, de modo a que as pessoas possam caminhar calmamente e serenamente sem os obstáculos que têm. Por outro lado, e lanço o desafio, porque não, pelo menos alguns, não serem transformados em ciclo vias, que, assim, permitiria que a situação pedonal se fizesse, mas, também, a circulação dos ciclistas. Portanto, eu acho que uma das coisas, e o meu alerta vai nesse sentido, uma das coisas que eu acho que é fundamental é olharmos para os passeios, não olharmos só para as vias, embora as vias estejam num estado que todos reconhecemos quase que lastimável. E, portanto, é preciso, no fundo, olhar para o conjunto completo. E a via, fazer, digamos, olhar



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para a via e para o passeio adjacente que, de facto, é extremamente importante. E eu lembro que o concelho é essencialmente rural e as pessoas não têm possibilidades, hoje, de andar a pé, ou de bicicleta, principalmente nas aldeias.”-----

----- Para responder à interpelação do Senhor Deputado Rui Marinha, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu o que se tenta transcrever na íntegra: “Queria responder, porque acho pertinente a observação do Senhor Deputado. Vou-lhe falar, porque isto é só uma informação. Quanto ao, portanto, o Plano de Emergência está constituída a Comissão. Uma Comissão, portanto, tipo uma Comissão Instaladora, que é assim da lei, e vamos, naturalmente, portanto, formalizá-la imediatamente. Isso está dentro da nossa programação, não tem problema.”-----

----- Agora, falou num problema muito importante e que eu prefiro exactamente. Os passeios, infelizmente, nas zonas rurais, constituem autênticos obstáculos aos seus residentes, quer queiramos, quer não, porque há realmente uma dificuldade enorme em fazer, e vocês vejam que isso não é só em Anadia. Há zonas de outros concelhos onde há a casa e fazem o passeio. E depois há uma série de espaço sem coiso, e não fazem passeio. É esta complicação toda. Mas, pronto, nós também, com o tipo de ordenamento do território que nós temos, é evidente que é complicado pôr passeios em todo o lado. E como isso não acontece, por falta de financiamentos, nós vamos encontrar, e estamos a encontrar soluções que, curiosamente, se enquadram, exactamente, naquilo que nos está a dizer. Embora nos diga que as vias estão em estado lastimável, não estão assim. Tem de ir aos nossos vizinhos e ver o que é que vocês... Nos nossos vizinhos a gente só passa pelas vias principais, não é. Aqui, nós vamos beber um copo a casa do amigo, que mora lá no beco tal, e vamos comer aqui, e encontramos, realmente, coisas que até, às vezes, é mais por desleixo dos próprios serviços, e até da própria Câmara, não ter aquilo como deve ser, porque é tão pouco, do que propriamente por dificuldades financeiras. Mas, reconhecemos que num ou noutro sítio as coisas não estão como seria desejável estar. Portanto, não concordo muito com esse estado lastimável porque não é verdade. Temos boas vias, graças a Deus, e, claramente, com pouco dinheiro, podemos pô-las bem. Agora, voltando ao problema dos passeios, eu quero-lhe dizer que para mim também é assim, são autênticos obstáculos. Eu concordo inteiramente com isso. E, então, curiosamente, já vou fazer uma experiência. Também no início da Primavera, aqui no Verão, e eventualmente noutros sítios, vamos, embora haja uma despesa que é obrigatória, que é o problema das águas pluviais, sob pena, enfim, de depois a água andar por cima dos passeios e as pessoas também não poderem circular. Vamos fazer o tal espaço para peões e que servirá, por certo, em especial em alguns sítios, para aquele que não se desloca exactamente a pé, mas até vai numa bicicleta, ou qualquer coisa. E vamos começar aqui, precisamente, da rotunda aqui da, aqui perto do Modelo, aquela rotunda para a outra rotunda para o lado de Espairo, Mogofores, e, provavelmente, até à outra rotunda. Vamos fazer aí um pequeno ensaio para ver como é que as pessoas reagem. Portanto, é tipo de um alargamento, passo o termo, não é, e devidamente marcado, devidamente definida a, digamos, a faixa interdita aos carros. Pelo menos, eu penso que aí já



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não é uma coisa tão, que dificulte em especial as pessoas mais velhas, as crianças, de circular. Vamos lá ver. Se isso der resultado, e onde for possível, vamos entrar por essa. Porque, eu se for a certas cidades, eles até optaram por zonas cimentadas. Aliás, nós já fizemos ali a ir para o Estádio, zonas alcatroadas e pintadas de verde, ou de vermelho. Vê-se muito na cidade como Coimbra, Aveiro, etc.. Nós poderemos ir para uma coisa dessas. Mas há zonas nobres onde, efectivamente, quer queiramos, quer não, temos de manter esses passeios. E temos de os corrigir, que é o caso aqui dentro de Anadia, a gente estamos, também, eu pessoalmente, partilho da vossa opinião. E vamos ver o que é que a gente pode fazer. Muito obrigado.”-----

----- Para outra intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU, que passou a referir o que se tenta transcrever na íntegra: “Eu gostaria de perguntar ao Senhor Presidente de Câmara, na empreitada dos passeios em Sangalhos, se a mesma já está concluída ou não, porque as pessoas estão-se a interrogar. E perguntaria também aqui ao Senhor Presidente, em Setembro de dois mil e nove, deu à comunicação social uma entrevista em que Sangalhos seria parqueado com três parques de estacionamento, para trinta e cinco carros cada e que os mesmos... Sim, aconselho o Senhor Presidente a ler a entrevista que deu. E que os mesmos seriam construídos no prazo de trinta dias. Acontece que alguns comerciantes que estão a ser pressionados pelos seus clientes, que estão a ser acoissados pela GNR na aplicação de multas quando estacionam um pouco sobre os passeios que estão construídos e já tem havido algumas multas. Eu pergunto quando é que o Senhor Presidente tenciona efectuar essa obra.-----

----- Também, eu não gostaria de malhar, porque quem malha são os Ministros do Governo na oposição, mas gostaria de ser esclarecido aqui ainda sobre o PDM. O Senhor Presidente disse, há dois anos atrás, que o PDM estava pronto, estava concluído, apenas faltava um trabalho que tinha que ser dado a uma empresa privada, a uma instituição privada sobre o regulamento. Uma vez que esse PDM não foi aceite, não é, na CCR em Coimbra, a Câmara teve que elaborar outro, e essa empresa que fez o PDM e esse regulamento, ou outra empresa, que o Senhor informou aqui, teve custos. Eu perguntaria ao Senhor Presidente se foi pago esses custos ou não à empresa, ou se não pagou porque o trabalho não estava devidamente efectuado.-----

----- Também aqui nas obras por administração directa, eu já tenho vindo todos os anos a alertar a construção de valetas, inclusivamente na minha freguesia, porque é uma freguesia que tem bastante declive. E aponto o caso da estrada Sangalhos – Avelãs de Caminho, em que houve uma vez mais desmoronamento de terras, vieram ocupar a via pública porque as valetas não foram feitas. Não foram feitas e, então, a água vão corroendo a encosta e levou a essa demolição de terras. Felizmente não houve nenhum acidente, e é uma estrada com bastante movimento de trabalhadores, e o País precisa de trabalhadores para ver se recuperamos isto, porque isto está mau. Cada vez o desemprego é maior e as pessoas têm custos, têm que se desviar. Eu chamo uma vez mais a atenção do Senhor Presidente. Eu sei que o dinheiro é pouco. O Senhor Presidente tem dito que não era esse o caso, que a Autarquia estava folgada, mas, como investiu no Velódromo, não é, agora tem que esperar, não é. Que o Senhor



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente tenha em atenção a construção dessas valetas, não só na estrada Sangalhos – Avelãs de Caminho, Sangalhos – São João de Azenha e Sangalhos – Murta. São estradas que têm bastante movimento e a qualquer momento pode haver alguns acidentes.-----

----- Também gostaria de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara em que ponto é que se encontra o saneamento em Sangalhos, a conclusão do saneamento na freguesia de Sangalhos, visto vários munícipes me perguntam quando é que podem fazer a ligação. Cito o caso junto à Sangal, é um dos casos; aqui junto à ladeira do Casal, onde eu citei este deslizamento de terras também há lá tem três utentes que pressionam, têm vindo à Câmara e que têm litígio com a Autarquia.-----

----- Também gostaria de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara sobre o parque escolar do primeiro ciclo. Temos a construção aqui do primeiro parque aqui em Anadia. Os outros, quando começam e se Sangalhos é ou não contemplado, num futuro próximo, na criação de um pólo escolar.-----

----- Também gostaria de perguntar ao Senhor Presidente de Câmara, tendo em atenção que as instalações do Sangalhos Desporto Clube, na área de ciclismo, mais respeitante à bancada, correndo a mesmo risco de demolir, e como a minha preocupação é, de facto, as pessoas, e sendo um local de ocupação de muita juventude, o que pensa fazer desse imóvel. É só.”-----

----- Para responder ao Senhor Deputado, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que prestou os esclarecimentos que se passam a tentar transcrever: “Quero-lhe dizer que a empreitada em Sangalhos ainda não terminou. E uma das razões de não terminar, não sei se viu, ainda há dias lá andaram, para a aplicação da segunda camada de tapete, ainda faltam as marcações, e há um caso ou outro de alguma correcção. Portanto, está no período, ainda está tudo na mão do empreiteiro, portanto, não está devidamente concluída. Esperamos que a conclua para darmos início a outro tipo de obras lá em Sangalhos.-----

----- Quanto aos parques de estacionamento, é precisamente num dos sítios onde não está porque ainda não se fez o protocolo com os donos dos terrenos que, portanto, que à partida estão disponíveis para o dar. É ali junto à, é antes das Caves Aliança, quem vai daqui, portanto, isso também está ainda em conversações. Eu gostava que tivesse sido feito, até porque aquilo não é difícil de fazer, como sabe, mas só podemos fazer quando os homens autorizarem. E autorizaram, mas parece que têm um irmão, e o irmão quer saber mais qualquer coisa e, portanto, as coisas não estão, ainda, o preto no branco, mas estão em vias disso.-----

----- Falou-me aqui do regulamento do PDM, que estava pronto e que mandou fazer. É precisamente, é por isso que não vale a pena vocês terem um PDM, porque há tanto papel sobre PDM, há dez ou doze anos que andamos a mexer em papéis, alguns estão de tal maneira moídos, que estão quase como, ali como os jornais de antigamente que o João Pirata fez os recortes. Realmente as coisas são assim. Mas, a Câmara, com essa nova regulamentação, não fez qualquer tipo em termos de ocupação do território, entre o que estava feito e o que apresenta agora, não fez qualquer tipo de alteração. Só, o Senhor na próxima reunião não vai



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

trazer um casaco azul, vai trazer um casaco de outra cor. Foi, mas é, não deixa de ser o João Morais. Portanto, o PDM não sofreu nenhum tipo de alteração em termos de desenho, desenho dos chamados Perímetros Urbanos, está a perceber. Outras áreas ligadas à parte florestal, à parte ambiental, à parte agrícola, pronto. Há regras novas para se fazer isso. O documento que o Senhor faz, é que é um documento que até aqui não era necessário. Era um documento onde previa, portanto, um estudo de impacte ambiental que agora é obrigatório. E nós fizemo-lo. Não, ainda não teremos pago tudo, mas também o documento é para se ir fazendo de acordo com a evolução do próprio PDM. Está a perceber? Portanto, está tudo em ordem. Não pagámos à empresa para pôr fora. Nós estamos a pagar à empresa porque ela está a trabalhar. É da lei agora. Não pode. Só que é um faz de conta neste País. Agora não pode avançar nenhum Plano, nenhuma revisão, ou nenhum Plano Director, nem nenhum Plano de Pormenor, que não tenha, à partida, um Estudo de Impacte, é o, tem outro nome. Pronto, as regras ambientais definem exactamente a forma como vamos iniciar esse ordenamento, ou em Planos de Pormenor, ou Planos Directores Municipais. Isso, foi a tal coisa que se, um privado, privado esse que foi à Universidade de Aveiro. É ela que realmente é encarregada desse trabalho. Portanto, não se pagou, está-se a pagar, e estamos, naturalmente, a receber a documentação que aparecerá concluída quando aparecer o Plano Director também concluído. Está a perceber? É assim que dizem os, lá os Profs da Universidade e a lei. É assim que diz e é assim que se faz. Pronto, era o tal estudo ambiental.-----

----- Valetas. Desmoronamentos. Pronto. Eu quero-lhe dizer. O Senhor diz que é por causa das valetas e eu digo que não, eu digo que é por causa das barreiras altas, não protegidas, seria é de muros, muros de protecção. Mas, a verdade é que aí também não podemos andar a fazer muros nessas coisas todas. Todavia, temos na estrada que o Senhor diz, temos uma candidatura para que ela se faça. Está-se a referir a uma estrada que vem dos tais indivíduos que o Senhor diz que têm litígio com a Autarquia. Não, não têm litígio com a Autarquia. Têm de ser é tratados como os outros cidadãos da Autarquia. Mas, não é isso bem. O Senhor João dá-lhe lá um apoiozinho, e as coisas às vezes são um bocadinho diferentes. Mas também não faz mal que estamos capara ajudar, se pudermos. Mas eu referi...-----

----- Quanto ao saneamento em Sangalhos, quero-lhe dizer que falta instalar uma elevatória lá em baixo, já está definido o local - está aí o Senhor Presidente de Junta que sabe - uma elevatória para, só com a elevatória lá, tem o tubo e tudo, a elevatória, é mesmo meter só a máquina para proceder à ligação. Naquela zona, como sabe, é uma zona declivosa, somos também, temos algum receio de andar ali a mexer agora neste tempo, que até, salvo erro, tem lá uma fonte, ou qualquer coisa, deve ter água aí à superfície. A outra que diz, virada a São João de Azenha não tem, mas nós iremos com o nosso orçamento fazer o que pudermos.-----

----- Bancada. Também fala da bancada. A bancada, já o disse aqui, e continuo a reafirmá-lo, hoje temos respostas no ciclismo, a bancada era para a pista, a pista, enfim, a bancada será demolida logo que seja possível. A pista, enfim, só se mexerá na pista, até lá é histórico, a partir da altura em que haja um projecto de requalificação ou aproveitamento daquele espaço.



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acho que isso tem de ser falado com os Sangalhenses, com a Junta de Freguesia, com as Associações e tal, no sentido, enfim, de Sangalhos vir poder a usufruir ali de um espaço que, por sinal, é bem localizado e é grande. Claro, tem lá uma estrutura também boa, que é o Pavilhão do Sangalhos que, não sei se poderá passar eventualmente por remodelação.-----

----- Sobre o pólo escolar de Sangalhos, é evidente que Sangalhos tem um pólo. As obras como se vão processar, ainda não temos isso bem definido, mas, provavelmente, virá tudo ali para a zona da Pista, porque temos lá terreno e naturalmente que as crianças juntas, criam-se ali melhores condições de, portanto, para o ensino e para a educação, inclusivamente, a proximidade de uma instalação como é o Pavilhão do Sangalhos. Não sei se, é capaz de ter faltado alguma coisa, mas peço desculpa. Muito obrigado.”-----

----- Não tendo havido quaisquer outros pedidos de intervenção no período de discussão do ponto um da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o mesmo por encerrado e passou a apresentar o ponto dois da mesma, *“Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Anadia de nomeação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas “Lúcia Santos, S.R.O.C., Sociedade Unipessoal, Lda.” como auditor externo para proceder à revisão legal das contas de 2010 do Município de Anadia, nos termos do n.º 2 do Artigo 48.º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais)”*. Finda a apresentação, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para introduzir o ponto, o que fez da forma que se tenta transcrever na íntegra: “Conforme decorre da lei, nós temos de ter, a nossa Câmara, de acordo com a sua contabilidade, exige uma Revisora, um Revisor, eu disse uma, porque as Lúcias estão aqui parece com, estão aqui a sobressair de uma forma, que esta Senhora também é Lúcia Santos, há três Lúcias, vejam. Muito bem. Portanto, é obrigatório ter uma Revisora, neste caso estou a falar Revisora porque é uma Senhora que propomos, para, pronto, no fundo, é para homologar as nossas contas de maneira a que elas possam seguir para o Tribunal de Contas e até aqui para a própria Assembleia Municipal. Portanto, à partida, não tenho qualquer tipo de comentário. Trata-se, efectivamente, de uma negociação que fizemos com a Senhora. Ela propõe-se, se for, se a Assembleia assim o entender, propõe-se fazer o serviço por isto. É evidente que temos conhecimento que outras Câmaras pagam de forma diferente, não vou dizer se é mais se e menos, mas estão a entende por que é que estou a referir isto. Portanto, a nossa proposta para a Assembleia, é que nos aprovem, naturalmente, a nossa, portanto, que nos aceitem esta proposta.”-----

----- Para uma primeira intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-PP, que concluiu o que de seguida se passa a tentar transcrever na íntegra: “Ao analisar este documento, eu não consegui perceber se foi cumprido o Código dos Contratos Públicos ou não. Porque isto, tratando-se de uma prestação de serviços, está sujeita ao Código dos Contratos Públicos. E, depois, queria saber se a consulta foi feita, aliás, a Câmara apresentou, eu vi isso no jornal, ou no site, tinha apresentado há pouco tempo o Plano de Corrupção, quantas empresas, empresas ou sociedades unipessoais foram convidadas para esta prestação de serviços. Era só.”-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Na sequência da intervenção do Senhor Deputado Sidónio Simões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que respondeu à interpelação do Senhor Deputado da forma que a seguir se tenta transcrever na íntegra: "Eu compreendo a pergunta, mas, como sabem, trata-se de um montante por ajuste directo, é da competência, naturalmente, eu não preciso de consultar mais pessoas. Achámos que o preço, portanto, que se, pronto, que está conforme aquilo que o mercado, e disse isso, que o mercado tem aí. Os montantes a dispor não carecem, não é obrigatório consultar mais coisas e, portanto, à partida, procedemos ao respectivo ajuste directo, se a proposta for aceite por esta Assembleia, porque nós não contratámos nada. É bom que as pessoas saibam. Nós vamos contratar se esta Assembleia, comprovadamente, disser, sim senhor, concordamos com a proposta."-----

----- Sem ter havido mais solicitações para intervir no âmbito da discussão do segundo ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o seu período de discussão por encerrado e submeteu o ponto a votação, finda a qual anunciou que a proposta da Câmara Municipal de nomeação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, "Lúcia Santos, S.R.O.C., Sociedade Unipessoal, Lda." como auditor externo para proceder à revisão legal das contas de dois mil e dez do Município de Anadia, nos termos do n.º 2 do Artigo 48.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), tinha sido aprovada por maioria, com trinta e quatro votos a favor e dois votos contra.-----

----- De imediato, deu por encerrado o ponto dois da ordem do dia e passou a apresentar o ponto três, "*Conhecimento do parecer da Câmara Municipal à Agência Portuguesa do Ambiente no âmbito da Consulta Pública do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental do projecto "Ligação Ferroviária de Alta Velocidade entre Lisboa e Porto – Lote B Troço Soure/Mealhada – AIA2143"*", após o que deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para proceder à introdução do ponto, introdução que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Como os Senhores Deputados sabem, nestes casos, obras desta, portanto, deste montante e da ocupação de espaço como a ligação ferroviária em alta velocidade Lisboa ao Porto, prevê um estudo de impacto ambiental e é nesse sentido que a Agência Portuguesa do Ambiente nos mandou para a Câmara, portanto, toda a documentação que tornasse pública, exactamente, os impactos, o sítio por onde passavam, portanto, com as suas influências negativas no ambiente. As Câmaras Municipais, como diz o documento, são chamadas a participar neste processo, mas, naturalmente, também, na sua divulgação. Foi aquilo que fizemos e, nesse sentido, a Câmara enviou às Juntas de Freguesia e teve disponível aqui nos serviços técnicos adequados todo este estudo. É de salientar aqui, naturalmente, algumas reuniões que se fizeram com Juntas de Freguesia onde este traçado intervém; com proprietários que são directamente afectados por esta linha; e, ainda, por todos aqueles que se quisessem pronunciar, nomeadamente instituições. É o caso da Confraria dos Enófilos, da Estação Vitivinícola, da Estação Vitivinícola, salvo erro, não, é da Comissão Vitivinícola. Todos estiveram reunidos com os técnicos da alta velocidade aqui na Câmara, e com a Câmara. Chegou-se à conclusão que, naturalmente o



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

problema era irreversível e, portanto, viu-se por parte dos proprietários afectados, e uma vez que estavam presentes os Presidentes de Junta, que não se opunham de forma deliberada à passagem desta infra-estrutura. Estavam é na expectativa de saber quais eram as indemnizações, dado que uma passagem pelos seus terrenos poderia inviabilizar as suas indústrias, ou evidentemente, também, os seus terrenos. Não foram, realmente, muito contundentes e nós, ao ouvir aquilo, o que é que nós fizemos: elaborámos um documento também, que demos dele conhecimento na Câmara e que todos discutimos na Câmara Municipal, onde vimos que as informações técnicas que nos foram dadas, coincidem com o parecer da própria Câmara. É que havia, como sabem, havia, e há, dois traçados previstos, um que, de certa maneira, é muito mais penalizante para a Freguesia de Tamengos e de Óis do Bairro, e outro, mais a Poente, que é efectivamente, enfim, poupa mais, em especial o tecido urbano e até, talvez, o impacto que possa eventualmente ter sobre as Termas da Curia e outros locais de água, de exploração de água. A coisa, portanto, foi-nos presente assim. Nós concordámos e optámos pelo traçado mais a Poente. Também foi essa, provavelmente, as informações, ou o comunicado que as respectivas Juntas de Freguesia fizeram, e os outros. Temos conhecimento, inclusivamente, que em Tamengos que até circulou um abaixo-assinado para evitar o traçado mais a Nascente. Isso, como compreendem, não tem de circular através da Câmara, isso é enviado para um sítio, para a Agência Portuguesa do Ambiente e, portanto, foi isso que fizeram. Não deixámos, contudo, de estar preocupados com este traçado, porque este traçado tem, se não for devidamente organizado em pormenor, pode afectar situações complicadas em termos ambientais, como é o caso da Lagoa de Ancas, por exemplo. Tem realmente uma casa ou outra que é afectada, mas isso, nestas coisas, as indemnizações funcionam e nós não temos grande argumento para dizer aqui não. Foi aquilo que fizemos e, portanto, queremos disto dar conhecimento à Assembleia."-----

----- Para uma primeira intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do Grupo Municipal do PS, que solicitou um esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara que a seguir se passa a tentar transcrever na íntegra: "Senhor Presidente. Eu só gostaria que me esclarecesse do seguinte: há aqui uma proposta que a Câmara Municipal faz, digamos, de alteração do trajecto, que vai passar mais ou menos ao meio do corredor que estava definido. Eu não estou contra esta proposta de alteração, antes pelo contrário, sou favorável a ela. Mas a única coisa que eu pretendia saber é se de facto esta proposta que a Câmara Municipal fez, se tem digamos algum estudo por trás, se tem uma sustentação técnica, porque não basta dizer passa por ali. É preciso, digamos, provar-se que é uma boa solução, ou que seria a melhor solução. E, portanto, aquela proposta que a Câmara Municipal faz nem é, digamos, o correspondente a um traçado nem a outro, nem é ao quatro nem é ao cinco. É, digamos, uma solução intermédia entre os dois. Eu parece-me que é uma solução razoável, mas tenho alguma dúvida, ou seja, gostava de ser esclarecido porque, basicamente, o que isto faz é diminuir o raio desta curva, e eu não sei, claro, se tecnicamente isto é viável, ou não. Ou seja, se esta proposta que a Câmara faz tem sustentação



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

técnica, óptimo. E eu concordo inteiramente com ela. Se não tem, ficaremos aqui um pouco na dúvida do que é que virá a ser contemplado.”-----

----- Para prestar o devido esclarecimento à interpelação efectuada pelo Senhor Deputado Rui Marinha, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu o que se tenta transcrever na íntegra: “O estudo, a proposta é da Câmara, mas não tem nenhum estudo rigoroso sobre isto. Nós nem somos obrigados a isso, como sabe. O nosso parecer nem é vinculativo, não tem nada que ver com isso. O que se reparar num traçado e naquele que propomos, tem, por exemplo, a Quinta do Encontro, se nós não lhe déssemos nenhuma sugestão de alteração, a Quinta do Encontro ia embora. É na tentativa de salvar. Tecnicamente, o nosso fundamento não é grande. Eles poderão amanhã, eles sim, é que desenvolver tecnicamente a nossa proposta. Se for caso disso. O que eu admito que sim. Porque também o mesmo acontece quanto ao problema da Lagoa de Ancas, não sei se está a ver. Nós é a tentativa, foi isso que nós pensámos, olhando grosso modo ao mapa, que não prejudicaria mais, que beneficiaria mais. Mas, como compreendem, isto tem estudos técnicos, a curvatura, tem essas coisas todas, acho que ficaria mal à Câmara, enfim, não ter, não dar um alerta para proteger, pelo menos, estas duas situações. Estudo técnico verdadeiro, não podemos. É mais uma precaução, em termos de aconselhamento, do que propriamente fundamento. O fundamento é real. Temos lá a Cruz do Encontro, que não gostaríamos, hoje é um *ex-libris*, é turístico, não gostaríamos que fosse... Isto é, num País de tanto dinheiro às vezes, não é, não lhe custaria muito atravessar aquilo. Eu acho que custa, não é, mas nós temos visto tanta coisa. E é o problema da Lagoa de Ancas, porque a Lagoa de Ancas, quer queiramos, quer não, é um espaço natural e, portanto, é protegido em tantas situações, por que é que o outro, só porque é a Alta Velocidade, também não tem obrigação de proteger? Foi só nesse sentido, Senhor Deputado.”-----

----- Para nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha que concluiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: “É uma intervenção ao abrigo do direito de resposta. É evidente que eu disse, Senhor Presidente, que concordava, grosso modo, concordo com este trajecto. E concordo que essa preocupação de salvar, digamos, a Adega do Encontro e salvar o ecossistema da Lagoa de Ancas, eu acho ma preocupação de todo pertinente. A minha questão era exactamente no sentido técnico, ou seja, se nós tivéssemos fundamentado esta proposta com base técnica, teríamos talvez, digo eu, mais hipóteses de que ela fosse aceite do que assim. Mas esperemos que seja aceite. Aguardemos e esperemos que seja aceite. Portanto, eu queria manifestar a minha concordância com esta alternativa proposta pela Câmara Municipal.”-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que respondeu ao Senhor Deputado da forma que se tenta transcrever na íntegra: “Senhor Deputado. Também temos de ser sinceros. Não temos meios técnicos para desenvolver um problema técnico. Isto é só um alerta. Um alerta que acho, como disse, e bem, é concordante, porque realmente, isto provavelmente não afectará nada de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

especial e poderá libertar alguns casos que a gente gostaria de ver libertos. É só por isso. Porque, tecnicamente, temos de confessar, que a Câmara não tem meios técnicos, e nem tempo, porque o tempo que é dado é curto. Nem tempo. Obrigado.”-----

----- Para uma segunda intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Arménio Cerca, do Grupo Municipal do PSD, que concluiu o que a seguir se tenta transcrever na íntegra: “Mais uma vez, boa tarde. Relativamente a este tema, portanto, a Junta de Freguesia de Ancas recebeu, também, o resumo não técnico deste Estudo de Impacte Ambiental, e ficámos surpreendidos com o traçado, pelo menos, quatro, porque, na área geográfica da freguesia de Ancas, passa por cima da Lagoa, ou mesmo encostadinho, portanto, por cima do lençol, portanto, do plano de água da Lagoa do Paul. É um espaço natural, onde, que é visitado por muitas pessoas, tem m ecossistema muito próprio. Ali existe, também, um lençol freático de elevada qualidade. A provar está duas ou três fontes que existem e que não estiveram nunca contaminadas. E, portanto, vimos também, depois de analisarmos esta situação, o Estudo de Impacte Ambiental só refere duas vezes a freguesia de Ancas nos traçados. Ou seja, eles só se limitam a dizer que tanto o traçado quatro como o cinco passarão a Nascente da freguesia de Ancas. Nunca se referiram uma única vez ao plano de água da Lagoa. Portanto, dá ideia, que nunca vieram ao terreno, penso eu. Penso que estão lá na secretária, põem o bicozito do compasso, aquilo é rodado e passa por onde calhar. Julgo que não está correcto. No entanto, como já nos provaram anteriormente, também não vale, parece-nos que não vale muito as nossas pretensões, como foi o caso da luta que o concelho de Anadia encetou com grande actividade relativamente ao Hospital, e depois, também, o caso da A32, que nesta Assembleia Municipal se deu um parecer de determinado traçado, e depois, tanto quanto eu sei, foi optado por um outro traçado. No entanto, resta-nos deixar alguns alertas, que entendemos necessários para que o projecto, se vier a ser concretizado, e esses alertas forem atendidos, o projecto possa ser melhorado e não afecte tanto as populações que em nada serão beneficiadas com esta infra-estrutura, pelo menos as populações da nossa região. Assim, como não serve nem traz qualquer tipo de benefício para estas populações, esperamos, também, que pelo menos, não prejudique tão significativamente o que de melhor existe na região, e eu falo pela freguesia de Ancas, e muito especialmente, na freguesia de Ancas. Assim, portanto, a Junta de Freguesia de Ancas é de parecer que o traçado quatro não serve, portanto, é o que provoca um impacto negativo muito significativo e muito maior e, portanto, sugerimos, também, a proposta que a Câmara apresenta e que é uma solução alternativa entre o traçado quatro e o traçado cinco e que, portanto, afasta o traçado TGV do plano de água da Lagoa. Portanto, era o que tinha a dizer de momento.”-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado Arménio Cerca, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que teceu o comentário que a seguir se tenta transcrever na íntegra: “Eu confio inteiramente que estes, digamos, que estas consultas venham a ser verificadas lá pelos serviços competentes da Agência do Ambiente. Mas, não sendo vinculativo, temos de nos sujeitar àquilo que acontecer.



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

As populações terá sempre uma palavra a dizer, mas, quando há factos consumados, nestas coisas, e uma estrutura daquela natureza, não se muda com a mesma facilidade que aqui uma estrada local. Isto é complicado. Portanto, mas de qualquer maneira, estaremos atentos à pretensão da freguesia de Ancas e mesmo assim, como vê, já fizemos um trabalho no sentido de também o problema da Lagoa ser considerado, como o edifício do Encontro, lá o edifício vinícola que está lá instalado. Vamos até onde as nossas forças nos derem possibilidade de ir e, naturalmente, vamos estar atentos. Obrigado.”-----

----- Para outra intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-PP, que referiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Antes de mais, cumpre realçar que o CDS-PP Anadia está contra a obra do TGV, atendendo às circunstâncias de tempo e lugar, não só devido à crise que atravessamos, mas também pela desnecessidade da obra em si. Concomitantemente, é com alguma perplexidade que só agora, depois de terminado o período de consulta pública, venha o Executivo Camarário dar conhecimento de uma decisão já tomada. Neste tipo de assuntos, seguindo o exemplo dos Municípios vizinhos, deveria o Executivo organizar sessões de esclarecimento antes, e não depois das decisões tomadas. No entanto, a ir avante o projecto, que não devia, o traçado quatro, alterado, e eventualmente, e digo eventualmente porque achamos que devia haver mais informação, é a melhor solução. Terminei.”-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que teceu o seguinte comentário, que a seguir se tenta transcrever na íntegra: “É só para dizer que há formas interessantes de concordar com a Câmara, começando por dizer que não concorda. Muito obrigado.”-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Eu sobre este projecto de TGV. Pronto, foi aqui discutido nesta Assembleia. O Senhor Presidente, ficou-me um bocado triste, pela forma como o Senhor Presidente apresenta a situação, porque o Senhor não conseguiu ser o Zandinga cá do nosso concelho, não acertou. O Senhor disse sempre que o TGV não se iria realizar, que não havia, que estava confiante, mas, afinal, a obra está aí para arrancar e a passos de galope de pónei. E, então, é o seguinte. Eu acarinho a posição da Autarquia. Vem, a posição da Autarquia, vem já relativamente tarde, porque o TGV já se anda a disputar este trajecto e a Câmara teve conhecimento há quase dois anos deste projecto, e o Senhor Presidente diz que desconhecia, mais tarde veio dizer que a Autarquia, os quadros técnicos, tiveram conhecimento de uma reunião com responsáveis da RAVE. E, portanto, é assim, eu penso que nada há a fazer a esta obra. Esta obra, embora seja contestada, digamos por algumas forças políticas que no passado acarinham-na e que neste momento estão contra a projecção da obra. Eu acredito que irá criar muitas dificuldades ao nosso povo, dificuldades económicas, mas também vem trazer



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

algumas vantagens para o País se, de facto, esta obra trazer as duas vertentes, transporte de mercadorias e transporte de passageiros, porque, na realidade, não podemos levar as mercadorias a Espanha de camião ou de barco, para ser transbordadas, novamente, para a estrutura do TGV europeia. Portanto, é só apoio, apoiamos a obra. Traz trabalho, traz criação de emprego, embora também nos traga algumas restrições económicas, no futuro, aos nossos jovens vindouros. É só.”-----

----- Para comentar a intervenção do Senhor Deputado João Morais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que referiu o que se tenta transcrever na íntegra: “Eu só tenho uma palavra a dirigir ali ao Senhor João Morais quando ele disse que eu que dizia que a obra não se fazia. Eu continuo a dizer o mesmo. Lá por Lisboa, ou como é que é, Lisboa-Espanha-Madrid, portanto, eu acredito nela e é extremamente necessária. E acho que com as dificuldades que neste momento o País atravessa, esta, não sendo tão necessária, deverá ficar para as calendas, assim creio eu. Mas era bom que não ficasse, porque era sinal que o País, afinal, tinha vencido esta enorme crise que ainda o assola. Porque, de qualquer maneira, nós, as obras que fazemos quando elas têm uma produção em termos socioeconómicos, eu acho que essa produção não é de pôr fora. Se todos os países tiverem, porque a Espanha também tem, na Galiza e isso tudo, eu acho que, na verdade, pensando bem, é melhor fazer, do que não fazer. Porque o problema que está em causa, esse, mesmo aqueles que não concordam com ela, o que está em causa é que dizem que o País não tem dinheiro para a fazer. E, então, eu digo. Então tudo bem, se não tem dinheiro não o gastem, mas logo que o tenham, que o gastem. Se ele há-de ser gasto em fragatas, em coisas que a gente sabe que grandes Senhores da política estão por aí metidos, é melhor meter numa estrutura que todos vejam. Portanto, é a diferença. Eu estou assim. Sou pela obra. No momento, se calhar, é difícil. Mas, porque estou por ela, é que a analiso friamente, de maneira a que ela passe pelo meu território, meu, nosso, Anadia, fazendo o mínimo de estragos possíveis. É só essa a minha posição neste momento. Obrigado.”-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Henrique Lameirinhas, do Grupo Municipal do PSD, que se pronunciou da forma que se tenta transcrever na íntegra: “Muito boa tarde a todos. Eu, como directamente interessado neste caso, uma vez que tanto de um lado como de outro atravessa a minha freguesia, pronto, permitam-me discordar do Senhor Arménio Cerca. Para mim o traçado quatro é o melhor, porque o cinco leva doze casas, desaloja cinquenta e duas pessoas e passa mesmo ao meio de Óis do Bairro. É um crime ambiental, um crime urbanístico, um crime de todo o jeito, de toda a espécie. Não sei quem foi a mente inteligente que resolveu fazer aquilo. Mas, de qualquer maneira, fica aqui o meu repúdio perante o traçado cinco, perante o traçado, pois, perante o traçado cinco, e a favor do traçado quatro.”-----

----- Consequentemente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que efectuou a intervenção que se tenta traduzir na íntegra: “Eu é uma questão de, também, simpatia para com os nossos Deputados. Todos têm



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

direito a uma resposta, falei ao Senhor Arménio, falei ao Senhor João. Ó Henrique, eu, sinceramente, eu acho que a Câmara ponderou, a Câmara reunida, os elementos ponderaram que o traçado quatro era o ideal. Não pensámos exactamente na freguesia A, B ou C, que, longe disso, não tivemos qualquer protecção. O facto de nós defendermos o traçado quatro não quer dizer que estamos contra o Senhor Arménio Cerca, ou que estamos a favor do Senhor Henrique. Portanto, foi uma posição que a Câmara reunida tomou de forma independente, sem qualquer pressão, nisto ou naquilo. Aliás, não tínhamos relatórios, enfim, nem de uns nem de outros, para ter de tomar uma posição, não foi posto isso à prova. Portanto, fizemos aquilo no bom sentido de pensarmos que estávamos a escolher o melhor.”-----

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Arménio Cerca, do Grupo Municipal do PSD, que concluiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: “A minha proposta ou solução que preconizei há bocado, não foi exactamente o traçado cinco, mas sim, uma solução alternativa entre o quatro e o cinco, o que quer dizer que não irá prejudicar tanto a freguesia a que o caro colega preside.”-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu novamente a palavra ao Senhor Deputado Henrique Lameirinhas, do Grupo Municipal do PSD, que preconizou a intervenção que se tenta transcrever na íntegra: “O mais interessante da questão, é que o traçado cinco leva doze casas em Óis, onze em Tamengos, e uma infra-estrutura industrial, que não sei qual é que é, tenho impressão que até era a fábrica do Senhor Cavadas, nosso antigo colega aqui de bancada, tenho impressão que é essa, mas não estou certo, e um cemitério em Casal de Comba. Quer dizer, ao todo, são quarenta e duas casas, dois cemitérios e uma fábrica, enquanto o outro traçado só faz danos em duas casas e na Lagoa do Paul.”-----

----- No seguimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apenas disse o que se tenta traduzir na íntegra: “Peço desculpa, mas agora é entre eles e eu não tenho nada a dizer.”-----

----- Não tendo havido qualquer outra questão para apresentar no período de discussão do ponto três da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu aquele período e, conseqüentemente, o ponto por encerrado, e passou a dar entrada ao ponto quatro da ordem do dia, “*Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos de Anadia e a sua junção com a Escola Secundária de Anadia*”. Antes de passar a palavra ao Grupo Municipal do CDS-PP, esclareceu, relativamente ao ponto quatro da ordem do dia, que o mesmo tinha sido solicitado por documento entregue à Mesa da Assembleia Municipal nas datas previstas na lei. Depois de solicitar à pessoa responsável por prestar o necessário apoio à Assembleia para proceder à distribuição, a todos os Senhores Deputados Municipais, de um conjunto de documentos, deu a conhecer que, enquanto Presidente da Assembleia Municipal de Anadia, entendeu dever recolher informação complementar sobre a questão levantada pelo CDS-PP. Nesse âmbito, informou que tinha remetido pedidos de esclarecimento à Presidente da Associação de Pais do Agrupamento de Escolas de Anadia, ao Director do Agrupamento de Escolas de Anadia, à Direcção Regional de Educação do Centro, na pessoa do Senhor Engenheiro Cruz Gonçalves, e, também, à Parque



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Escolar.-----

----- Consequentemente, e perante os esclarecimentos prestados e os documentos entretanto distribuídos, perguntou aos Senhores Líderes de Bancada para se pronunciarem relativamente à necessidade, ou não, de interrupção dos trabalhos por cinco minutos, no sentido da análise de toda a situação. Com a concordância de todas as bancadas, interrompeu a sessão por cinco minutos para permitir a análise dos documentos distribuídos por parte dos Senhores Deputados.-----

----- Reiniciada a sessão, pelas dezassete horas e cinquenta e sete minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e uma vez que o ponto quatro da ordem do dia tinha sido solicitado pelo Grupo Municipal do CDS-PP, concedeu a palavra àquele Grupo Municipal para proceder à introdução do tema. Assim, tomou a palavra o Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, que efectuou a introdução que a seguir se tenta transcrever na íntegra: "No âmbito do programa de modernização do Parque Escolar do Ensino Secundário aprovado pelo Governo, a Parque Escolar, Entidade Pública Empresarial prevê iniciar brevemente a construção da nova Escola Secundária de Anadia. Tal só acontece com a interveniência e aceitação do Ministério da Educação e da Câmara Municipal de Anadia. Os munícipes de Anadia e o CDS-PP Anadia congratulam-se com esta iniciativa, uma vez que a actual Escola Secundária se encontra há longos anos bastante degradada. O que suscita dúvidas, e é visto com bastante apreensão, é a pretensão da Câmara Municipal de Anadia em juntar a Escola Básica do segundo e terceiro ciclos com a nova Escola Secundária. Tal decisão, tida como definitiva, cujo o processo se encontra em fase final, e cuja construção se prevê para muito breve, foi tomada sem a auscultação prévia da Direcção do Agrupamento de Escolas de Anadia, dos docentes que o integram, da Associação de Pais e Encarregados de Educação e de toda a comunidade educativa. Aliás, todo o processo tem sido conduzido sem a auscultação e sem a presença de qualquer elemento que represente, quer a Direcção do Agrupamento de Escolas de Anadia, quer a Associação de Pais e Encarregados de Educação. Realce-se que, apesar de ter havido uma primeira reunião com a Parque Escolar, no dia três de Novembro de dois mil e nove, onde estiveram presentes, conjuntamente, o Director da Escola Secundária e o Director do Agrupamento de Escolas de Anadia, e, eventualmente, tenha existido uma anteriormente, só entre estas duas entidades e a Parque Escolar, a própria Direcção do Agrupamento de Escolas de Anadia só teve conhecimento real da situação quando recebeu da empresa Parque Escolar a planta de construção..."-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu o discurso do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco para lembrar o Senhor Deputado de que, estando ele a cingir-se ao documento que tinha sido distribuído, não poderia alterar o texto do mesmo. No entanto, não deixou de informar o Senhor Deputado que poderia, se assim o entendesse, fazer uma apresentação livre ao texto, mas se pretendia cingir-se à leitura, deveria manter o documento que tinha sido distribuído no mesmo princípio, salvaguardando o facto de se tratar da sua interpretação.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Continuando, o Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco retomou o discurso, que se continua a tentar transcrever na Íntegra: "...onde estiveram presentes, conjuntamente, o Director da Escola Secundária e o Director do Agrupamento de Escolas de Anadia. A própria Direcção do Agrupamento de Escolas de Anadia só teve conhecimento real da situação quando recebeu da empresa Parque Escolar a planta de construção do futuro edifício, documento que foi afixado, de imediato, num placard existente na Escola Básica do segundo e terceiro ciclos. Foi por esta via que toda a comunidade educativa tomou conhecimento da junção da Escola Básica do segundo e terceiro ciclos com a Escola Secundária de Anadia, incluindo a Presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação. Após conhecimento desta realidade, a Direcção do Agrupamento de Escolas de Anadia, os docentes que o integram e a representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação, transmitiram, junto da Autarquia, a sua preocupação, que assenta, fundamentalmente, na envolvimento, no mesmo espaço físico, de alunos do segundo ciclo, entre os dez e os doze anos de idade, com alunos do terceiro ciclo, ensino secundário, cursos de educação formação, os famosos CEF, cursos profissionais, EFA, e os cursos novas oportunidades, alunos entre os treze e os vinte anos de idade, ou mais, que naturalmente se encontram em diferentes estádios de desenvolvimento físico, afectivo, emocional e comportamental, com solicitações e apelos distintos. Há, ainda, constrangimentos que advêm do elevado número de alunos, cerca de quinhentos alunos frequentam a Escola Básica do segundo e terceiro ciclos, e mil a Escola Secundária, perfazendo, no total, cerca de mil e quinhentos alunos. Esta mensagem de preocupação foi igualmente transmitida à Entidade Parque Escolar no dia dezassete de Novembro de dois mil e nove, pelos elementos da Direcção do Agrupamento de Escolas de Anadia e da Associação de Pais e Encarregados de Educação, presentes pela primeira vez numa reunião efectuada por aquela empresa. Acrescente-se, que nesta reunião a empresa escolar, a empresa Parque Escolar apresentou a junção da Escola Básica segundo e terceiro ciclos com a Escola Secundária de Anadia como um facto consumado, irreversível e sem alternativas, dando a entender que, ou aceitam, ou correm o risco de continuarem com a escola velha. Perante esta realidade, tida como irreversível, os elementos presentes da Direcção do Agrupamento de Escolas de Anadia e da Associação de Pais e Encarregados de Educação procuraram, dentro dos constrangimentos já existentes, minimizar os possíveis danos dessa junção e sugeriram à empresa Parque Escolar que revisse a planta de construção, no sentido de criar algumas barreiras que diferenciem o território do segundo ciclo. A entidade Parque Escolar anuiu e prometeu fazê-lo. Contudo, já lá vão três meses e, até à presente data, as alterações ainda não foram apresentadas. Concomitantemente, todo o processo suscita dúvidas e é pouco claro, uma vez que a Câmara Municipal de Anadia não cumpriu todos os procedimentos e orientações tidos como necessários, tais como: apreciar os princípios orientadores e objectivos estratégicos da Carta Educativa; analisar e perceber se o previsto na actual Carta Educativa que preconiza uma intervenção profunda na actual EB 2/3 de Anadia, tanto ao nível do espaço exterior como interior, não poderá ser uma resposta mais adequada, quer para os discentes quer para a restante comunidade educativa, quer, até, para a



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

própria Autarquia, do que anexar a actual Escola Básica do segundo e terceiro ciclos à Escola Secundária de Anadia. Apesar do descrito no parágrafo anterior, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Anadia garantiu, sempre, a construção de um novo edifício, independente e edificado de raiz e nunca a junção da Escola Básica do segundo e terceiro ciclos com a Escola Secundária de Anadia. No seu entender, e cito, "os remendos nunca foram solução"; estar presente, conforme consta da Carta Educativa, enquanto entidade responsável no processo subjacente à construção de um novo equipamento que ministre o segundo e terceiro ciclo, nas fases iniciais, e na etapa referente ao financiamento; auscultar o Conselho Municipal de Educação, nomeadamente nas intervenções de qualificação e requalificação do Parque Escolar; ouvir previamente a Direcção do Agrupamento de Escolas de Anadia, os docentes que o integram, a Associação de Pais e Encarregados de Educação e a comunidade educativa. Torna-se pertinente sublinhar, que o terreno constituído por uma grande área e o equipamento da Escola Básica do segundo e terceiro ciclos, pertencem, na totalidade, ao Ministério da Educação. Quanto à Escola Secundária, uma parte do terreno é da Autarquia e outra do Ministério da Educação, ou seja, neste acordo, a Câmara Municipal de Anadia cede o novo terreno para a construção da futura Escola Secundária, onde junta a construção da Escola Básica do segundo e terceiro ciclos, efectua protocolos com o Ministério da Educação, e/ou Parque Escolar, na utilização de certos equipamentos já existentes junto ao terreno onde será feita a nova construção dos dois equipamentos escolares, tais como a Piscina, o Cineteatro, o Pavilhão Multiusos, entre outros, que o Ministério da Educação e/ou a Parque Escolar aproveita, ou aproveitam, e, como contrapartida, a Autarquia de Anadia adquire dois terrenos numa zona com elevadíssimo valor imobiliário. Não obstará se, acima de tudo, não estivessem em causa os superiores interesses dos alunos. Tendo consciência de que nestes mega projectos são muitas vezes descurados espaços físicos acolhedores e espaços funcionais que se interliguem a critérios pedagógicos, mais ainda, dada a sua grandeza, secundarizam a individualidade e a proximidade afectiva e relacional, factores determinantes no percurso de aprendizagem e no desenvolvimento harmonioso dos alunos e, conseqüentemente, do seu bem-estar e de toda a comunidade educativa. O CDS-PP Anadia considera que em todo o processo a Câmara Municipal de Anadia não cumpriu os procedimentos adequados, nem agiu com a transparência que uma decisão de tão elevado interesse para toda a comunidade obriga. Por isso, pensa ser pertinente questionar o Executivo Camarário sobre procedimentos processuais que ajudem a clarificar esta Assembleia e os munícipes deste concelho. Por isso, temos algumas questões para colocar: que estudos foram feitos e que especialistas na área da docência e da psicologia foram consultados sobre a inconveniência ou conveniência de juntar, no mesmo espaço físico, diferentes faixas etárias, em diferentes fases de desenvolvimento e com distintas solicitações?; porque foram ultrapassados os princípios orientadores e os objectivos estratégicos constantes da Carta Educativa e não foi auscultado o Conselho Municipal de Educação?; porque razão a Direcção do Agrupamento de Escolas de Anadia, a Associação de Pais e Encarregados de Educação e a comunidade educativa não foram auscultados em todo o processo e só tiveram conhecimento



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do mesmo como um facto consumado?; porque houve um tratamento diferenciado entre a Escola Secundária e a Escola Básica do segundo e terceiro ciclos, uma vez que só o Director da Escola Secundária acompanhou todo o processo?; fê-lo como representante da Autarquia, uma vez que então era membro da Assembleia Municipal? Continua a fazê-lo como actual Presidente da Assembleia Municipal, ou como Director da Escola Secundária, ou como representante de ambas?; sabendo que o programa de modernização do parque escolar, implementado pela empresa Parque Escolar, se destina, somente, ao ensino secundário, como surge a Parque Escolar e porque assume a construção da futura EB 2/3 de Anadia?; como se desenrolou este processo?; Quem da Autarquia propôs, acompanhou e decidiu sobre o projecto de construção agora enviado pela entidade Parque Escolar?; que vantagens tem a Autarquia na anexação da Escola Básica do Segundo e Terceiro Ciclos à Escola Secundária?; e para terminar, ao deslocar a Escola Básica do Segundo e Terceiro Ciclos à Escola Secundária, que destinos vão ser dados aos equipamentos e aos terrenos que elas ocupam? Em suma, afinal, o que foi, ou é, ou parece ser o mais importante para a Câmara Municipal de Anadia: o lucro imobiliário, ou uma Escola activa e personalizada, promotora de aprendizagem e, conseqüentemente, de sucesso educativo dos alunos e do bem-estar de toda a comunidade. Disse.”-----

----- Decorrida a introdução preconizada pelo Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal constatou que o Senhor Deputado, uma vez mais, tinha ultrapassado o documento que tinha facultado ao restante Plenário e informou-o, desde logo, que quanto às questões concretas que eram dirigidas ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no documento que o Senhor Deputado tinha acabado de apresentar, que iria receber respostas concretas, por escrito, a essas mesmas questões. De imediato, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou os esclarecimentos que se tentam transcrever na íntegra: “Senhores Deputados. Eu depois de ouvir aqui visada a Câmara Municipal e o seu Presidente, fico perplexo. É evidente que o Presidente da Câmara, como todos reconhecem, ele precisa é de obras na área da educação. Mas não é ao Presidente da Câmara que compete definir se há uma escola, se há duas. Como sabem, a constituição dos agrupamentos, e naturalmente são esses que com outras entidades fazem o, digamos, têm a competência de decidir sobre isto, e não a Câmara, esses é que são os intervenientes nestas novas escolas, que eu digo, sinceramente, ligadas ou desligadas, mas que a Câmara abraça. Agora, portanto, estamos fora disso. Não tem que questionar, a gente não sabe nada. Não fomos, não há um ofício para a Câmara Municipal onde diga, mesmo da Parque escolar, diga que, enfim, solicitar à Câmara seja o que for, porque eles sabem perfeitamente que não é da competência da Câmara Municipal. Isto de instalação de escolas, naturalmente, e da sua gestão, tudo o que dizem, aqui o diz o Senhor Deputado, são situações que ultrapassam largamente as nossas competências. Mas há aqui uma coisa que eu, porque nós temos, para que se esclareça, nós temos responsabilidade na educação, mas é ao nível do ensino pré-primário e do primário, até às EB 2/3. Não temos, naturalmente, nada que ver com estas, com o ciclo e com dito liceu. Isso são coisas da competência, naturalmente, do próprio Ministério, e



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dos Agrupamentos que as compõem. E aí, a Câmara não se meteu, e acho que fez muito bem. Agora, o que é estranho, é que tentem aqui dizer que a Câmara, e isso, até fico contente, mas é estranho, que a Câmara ainda bem que o Senhor considera que a Autarquia, portanto, tem responsabilidade. Tem, sabem onde? É que não dá os terrenos ao Estado, não dá os terrenos ao Estado. Diz que é um bom negócio para a Autarquia. Se o souber fazer. A gente já cm boas coisas para fazer, já houve quem fizesse muita asneira. Mas nós não vamos perder a oportunidade. Se eles determinarem, se eles localizarem uma escola em terreno nosso, ou de privado, têm necessariamente que o pagar. E é nesse sentido que nós estamos para fazer a negociação. Se aqueles terrenos onde estão actualmente as escolas, é bom que se frise isto, forem do interesse municipal, também estamos, naturalmente, preparados para com eles negociar. Mas as nossas, porque nós temos lá propriedade, esses não abdicamos. Portanto, negócio bom, ou negócio mau, o futuro o dirá. Todavia, já tenho aqui óptimas perspectivas. Basta acreditar no Senhor Deputado, porque vou fazer aqui, realmente, um negócio extraordinário, onde se enriquece o nosso património de forma extraordinária. Obrigado, porque realmente isto é uma coisa que, embora eu não estando interessado, nem me possibilite a lei de interferir na localização das escolas, mas, como aqui sou parte interessada, dado que o equipamento será, por certo, instalado no nosso território, ai eu aí, sim, vou cumprir a missão para que me incumbiram: fazer bons negócios para o Município. E, disso, Senhor Presidente, eu quero-lhe frisar aqui, disse eu me irei encarregar se a escola, efectivamente, vier a ocupar terrenos que actualmente são do Município e que deixam livres outros do Município, e naturalmente outros, que não sendo do Município, possam interessar ao mesmo Município. Disso esteja certo que essa é a minha posição. Ai, não vou abdicar. Precisamos de bastante dinheiro para o nosso concelho e é uma oportunidade soberana, talvez, para melhorar aquilo que efectivamente alguns acham que é especulativo. Eu, dar o que tenho, se for meu, posso dar. O que é património municipal, eu negociarei sempre, na medida do possível, pelo melhor. Portanto, Senhor Presidente, quero-lhe aqui reafirmar que não tenho rigorosamente nada a ver com isto, e mais, que será descabida até aqui, a minha presença aqui em tal discussão. Mas, dado que ela, até de certa maneira me encanta, quero saber até, quais são os objectivos pretendidos, prometo-lhe que não vou ser realmente indelicado. Vou estar até ao fim. O meu muito obrigado, Senhor Presidente.”-----

----- Para uma primeira intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Dino Rasga, do Grupo Municipal do PSD, que referiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Mais uma vez cumprimento todos os presentes. Pois naturalmente que recebemos, juntamente com os documentos que a Assembleia nos enviou este documento do Grupo Parlamentar do CDS-PP, que, naturalmente, lemos com atenção. Claro que, antes de me dirigir propriamente àquilo que eu quero começar, começava por dizer que este documento, de facto, enferma, dá impressão que as duas setas estão apontadas a uma pessoa única, que é o Senhor Presidente da Câmara, e só isso, não vejo mais nada. Naturalmente que a bola irá, é passar muito acima da trave, nem sequer na trave baterá. E o



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que é que eu quero dizer com isto. Provavelmente, e eu vou pedir licença para ler aqui um artigo da lei, que felizmente é pequeno, concretamente o Decreto-Lei nº 75/2008, que, portanto, faz a revisão do Regime Jurídico que autonomia a administração e gestão das escolas, no seu Artigo 7.º, e desculpem eu vou lê-lo, diz "agregação de agrupamentos: para fins específicos, designadamente para efeitos de organização da gestão do currículo e de programas da avaliação da aprendizagem, da orientação e acompanhamento dos alunos, da avaliação, formação e desenvolvimento profissional do pessoal docente, pode a administração educativa, por sua iniciativa ou sob proposta dos agrupamentos de escolas, e escolas não agrupadas, constituir unidades administrativas de maior dimensão, por agregação de agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas". Ora bem, eu penso que depois de ler isto, se de facto a bíblia do Estado Português é o Diário da República, acho que poderíamos era acabar a discussão. A Câmara Municipal não tem nada a ver com agrupamentos. É só a administração educativa, naturalmente o Ministério da Educação, naturalmente a Direcção Regional que está colocada entre as escolas e o Ministério, portanto, será o interlocutor.-----

----- Naturalmente que ficaríamos por aqui, mas o documento que o CDS-PP nos fez chegar, enferma por alguns erros, por algumas inverdades, e que convém que nós aqui dissequemos com algum cuidado. Efectivamente, quando aqui se diz que o Agrupamento de Escolas, a EB 2/3 de Anadia, Agrupamento número um, se não estou em erro, teve conhecimento foi no dia três de Novembro. Eu tenho que dizer, desculpem lá, mas tenho que ser directo, é mentira. No dia vinte e sete de Julho de dois mil e nove, eu recebi, porque era eu que estava ao serviço nesta altura, porque o Director da Escola estava ausente do País e, portanto, como toda a gente sabe, eu sou Subdirector da Escola Secundária de Anadia, Escola Secundária com terceiro ciclo de Anadia, e era eu que estava ao serviço, e recebo um telefonema da Direcção Regional de Educação do Centro, do gabinete da Senhora Directora Regional, Dr.ª Engrácia, que neste momento já foi substituída, para que eu estivesse presente, no dia seguinte, numa reunião na Direcção Regional. Naturalmente que o convite era para o Senhor Director, que, como eu disse, estava ausente em férias, e no estrangeiro, naturalmente eu tinha que ir assegurar a representação da Escola. E isso tal aconteceu. Claro que não me disseram que, vem cá para discutir a rede escolar que estava nessa altura na actualidade, portanto, estávamos em Julho, não vem cá discutir uma situação que eu estava a negociar com a DREC, que felizmente conseguimos, que era a abertura das artes visuais do antigo agrupamento quatro aqui, na nossa Escola Secundária, que nunca tinha existido. Eu não sabia que ia. Estranhei muito quando chego à Direcção Regional e não vi ninguém, ninguém, normalmente quando lá chegamos vemos outros colegas, de outras escolas, muita gente. Perguntei ao seguritas, que me disse que a reunião seria só com a Senhora Directora Regional, e a Senhora Directora Regional pediu para eu aguardar para que chegasse os representantes da escola EB 2/3 de Anadia. Isso tal aconteceu. Passado um bocado, vieram duas pessoas: o Senhor Director do Agrupamento de Escolas de Anadia número um ou, nós costumamos designar mais vezes por EB 2/3, é mais fácil, é o hábito, conjuntamente com uma assessora da direcção, e à sua chegada fomos para o



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

gabinete da Senhora Directora Regional, onde a Senhora Directora Regional, na minha presença, na presença do Senhor Director e da assessora da EB 2/3, e do Senhor Eng.º Cruz Gonçalves, e lembro os Senhores Deputados que foi distribuído, inclusivamente, a resposta de um mail que foi dirigido ao Senhor Eng.º Cruz Gonçalves, portanto, é um dos técnicos da DREC, na zona das obras, ou na área das obras, e fizemos uma reunião onde a Senhora Directora Regional, de imediato, nos questionou sobre a junção das escolas, haver um escola única. Portanto, foi nesse sentido que ela falou que iria aparecer uma escola única, básica secundária, em Anadia. Naturalmente, e isso também é verdade, eu enquanto representante da Escola Secundária com terceiro ciclo de Anadia, disse que para nós estávamos totalmente disponíveis para que o projecto avançasse. Entretanto, naturalmente, do Senhor director e da assessora da EB 2/3, foram postas, imediatamente, bastantes reticências ao projecto, à junção das duas escolas. Portanto, a primeira inverdade que aqui está é que efectivamente no dia vinte e oito, porque a reunião, eu não cheguei a dizer, foi no dia vinte e oito de Julho, no dia vinte e oito de Julho a direcção da EB 2/3, conjuntamente com a direcção da Escola Secundária com terceiro ciclo, souberam que ia haver um projecto único, uma escola única para Anadia, que juntaria segundo, terceiro e secundário, segundo e terceiro ciclos e secundário. Portanto, esta situação começa por aí, não é. Logicamente que queimaríamos o nosso tempo todo aqui a relembrar outras coisas. É verdade que, não sei, o Senhor Deputado, ou os Senhores Deputados do CDS, se fossem jornalistas, eu teria que dizer que eram maus jornalistas, porque, ou davam notícias erradas, ou tinham más fontes. Porque, há aqui algumas coisas que são até do conhecimento. Eu posso dizer, por exemplo, estou aqui, fiz aqui uma anotação, o problema dos cursos CEF's, não percebo porque, neste momento, a EB 2/3 já tem CEF's, e já devia ter há mais tempo, mas isso é um problema de cada um. De qualquer maneira, cursos novas oportunidades, não sei o que é isto, e sou Director do Centro Novas Oportunidades, mas não sei o que é isso. E, de qualquer maneira, dirigi ao Grupo Parlamentar do CDS-PP uma questão que era a seguinte: será que Anadia, e tenho pena de ter impresso, há pouco, uma listagem do País para confrontar, poderei ter de cabeça alguns casos, mas outros não tenho, porque numa consulta rápida que eu fiz, porque hoje a internet possibilita-nos essas coisas todas, neste País, Portugal, há já dezenas, mas quase centena de agrupamentos básicos e secundários, com segundo, terceiro ciclos e secundário. Será que Anadia, será que nós em Anadia, será que os nossos alunos são diferentes, são inferiores aos do resto do País? De Viseu, de Mira de Aire, de Lisboa, será que eles são inferiores? Temos medo de quê? A questão que se põe aqui, é evidente que se põe aqui uma questão de gestão. Gerir uma escola com terceiro ciclo e secundário poderá ter uma determinada directriz, dirigir com mais um segundo ciclo, naturalmente que terá que ter outras directrizes, terá que ter outros cuidados, terá que ter outras atenções na formulação de horários. Agora, por acaso eu sublinhei aqui neste mesmo Decreto, Decreto-Lei, não será importante para um aluno que entra, que sai do primeiro ciclo, que faz o primeiro ciclo, e felicitemos a Câmara Municipal porque está um pólo já a começar, lá está mais uma junção. Para quê? Para rentabilizarmos as capacidades que temos, para não estarmos, será que é



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

possível termos um pavilhão em cada escola primária, não é. Mas, se calhar, ali vamos tê-lo, porque juntamos. De facto, isto é pôr os recursos ao serviço de todos e facilitar o acesso a esses mesmos recursos. Será que não é importante a um aluno que entra no segundo ciclo e que muda totalmente do tipo de ensino, daquele ensino de mono docência, para vários professores, de hora a hora a mudar de professor, e entrar logo num ciclo que tem o mesmo projecto educativo até ao terminus do seu trajecto, do ensino secundário, neste caso, no décimo segundo ano, será que não é muito mais importante do que o aluno fazer debaixo de uma determinada orientação, e depois mover-se para uma outra escola, ou ir para outra escola, em que naturalmente as orientações, não digo que são melhores, são piores, são diferentes. Portanto, será que não se ganha com isso? Temos medo de quê? Diz-se aqui neste documento do CDS, que não se acautela os espaços físicos em qualquer situação. Os Senhores Deputados preocuparam-se em ir à Escola Secundária, ou à EB 2/3, e analisar o projecto que está previsto pela Parque Escolar? Sinceramente, bem, nós tivemos oportunidade de há dias ir a Benavente ver uma escola, a primeira escola entregue e, se nós estávamos entusiasmados, naturalmente, que ficámos a dizer assim, isto nunca mais começa, nunca mais temos escola.-----

----- Bem, mas, até se calhar para organizar um bocadito as ideias, voltaremos, mas eu queria ainda dizer que a nova Escola Básica e Secundária de Anadia, e penso que neste momento podemos falar assim, e gostaria só de aqui de fazer um bocadinho de história mais, relativamente ao ataque, que eu penso que é um ataque enorme aqui ao Senhor Presidente e à Câmara Municipal, totalmente descabido. E vou-lhe dizer porquê. É que, se há alguém que é o pai da junção é o Senhor Eng.º Felício, toda a gente tem um mail aqui nestes documentos que a Assembleia Municipal nos facultou, foi o Senhor Eng.º Felício, talvez o Marquês de Pombal, desculpem a comparação desta altura, que no parque da Escola Secundária, quando veio ver o edifício, se calhar, deslocou-se um bocado, porque com medo que o edifício lhe caísse em cima, quando veio ver o edifício da Escola Secundária, uma das hipóteses que havia era de restaurar o edifício do antigo Colégio Nacional, portanto o chamado Bloco A, só que ele veio ver o parque, o problema de fazer obras de um lado e como é que se metiam os alunos e mais não sei o quê, e olhou para baixo e viu a EB 2/3. E, na cabeça dele, que depois veio a dizê-lo, surgiu a hipótese, então, mas eu posso dar aqui uma mexida total às escolas de Anadia. Na reunião que eu tive em vinte e oito de Julho, e vou terminar agora porque, provavelmente, os Senhores Deputados quererão levantar outras questões, na reunião de vinte e oito de Julho, em Coimbra, na DREC, eu disse aos dois colegas que estavam comigo, e volto aqui a reafirmar, sou de Anadia e gosto de Anadia. Durante muitos anos andámos, e continuamos a andar em todos os sítios onde estamos, com o nome de Anadia, desculpem, às costas, porque nós somos de Anadia e gostamos de Anadia. E a questão que eu levantei ao Senhor director e à assessora da direcção da EB 2/3, foi exactamente isso. Que se eles fossem de Coimbra, como nós temos tantos colegas aqui na Escola, ou de uma outra localidade qualquer, eu entendia que eles não sentissem, até, a necessidade de retirar, a necessidade para a cidade de Anadia, de retirar as escolas do sítio onde estão. O Senhor Presidente disse, há pouco, que pensará em trocar,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

logicamente, fazendo os acertos que houver a fazer do custo dos terrenos, com o Estado, com o Ministério da Educação, penso eu, daqueles terrenos que pertencem ao Ministério. Senhor Presidente, Anadia precisa, urgentemente, de chegar por este lado à Estrada Nacional número um ou IC2. Já chega, dos milhares de pessoas que passam na Estrada Nacional todos os dias, olharem para a estrada, para a Avenida 25 de Abril e dizerem, Anadia é lá adiante. Anadia tem que chegar efectivamente à estrada, e enquanto não for urbanizado aquela zona das escolas que vão ser uma realidade, quer queiramos, quer não, Anadia não chega à estrada. E, portanto, eu penso que, por tudo isso, e questionei os meus dois colegas se eles eram de Anadia, como eles são de Anadia, que deveriam ter orgulho em que a Escola Secundária, para a qual, exclusivamente, à financiamento europeu, exclusivamente, portanto, a Parque Escolar para levar a EB 2/3 vai fazer, digamos que, vai fazer como este documento, não vai dizer tudo, não é. Ou vai contar só metade das coisas? Porque se na Europa disserem que a EB 2/3 que era separada da Secundária, não há financiamento. Portanto, a situação do financiamento é só porque foi dito que elas já estavam juntas e, portanto, agarrou-se uma à outra. Bem, este sistema de Assembleia limita-nos um bocadinho. De modo que eu vou terminar por agora. Muito obrigado, Senhor Presidente.”-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-PP, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Ora bem. Senhor Presidente permita-me, antes de mais, ainda foi bom que tivessem lido aqui o artigo da lei, porque ainda me esclareceram melhor. É que a lei diz pode, não diz deve, portanto. Depois, em segundo lugar, o Senhor Presidente da Câmara tinha acabado de dizer que a EB 2/3 é responsabilidade da Câmara. Então por que é que a Câmara não esteve presente nessa reunião? Foi o que eu percebi. Se percebi mal, peço desculpa. Não é pergunta, só estou nos comentários. Depois, queria também referir aqui que não fiquei nada agradado, aliás, chocou-me imenso, a linguagem discriminatória e xenófoba do Senhor Deputado anterior, porque só as pessoas de Anadia é que podem estar representadas nesta Assembleia, ou que podem carregar Anadia às costas? Os meus pais são de cá, e eu continuo a defender Anadia onde estou, normalmente, quando estou fora. Não é preciso nascer e ser nascido em Anadia, eu nasci a muitos quilómetros de Anadia, e no entanto continuo a defender o que há de interesse e de importante em Anadia, sempre. Portanto, não gostei, minimamente, da linguagem utilizada e tenho de o manifestar aqui claramente.-----

----- Depois, o problema que se põe, de todo aquele texto que está ali, além de outras coisas, o que me parece mais importante é que eu como pai, e tenho um miúdo de dois anos, mete-me alguma confusão meter um miúdo de dez anos numa escola que tenha de, diariamente, lidar com um miúdo de vinte. Imagine o que é, numa casa de banho, se as coisas não forem bem definidas previamente, e o que se está aqui a alertar é para isso, não está ninguém aqui a perseguir ninguém, estamos a tentar arranjar o melhor para o concelho. Vamos perceber que estamos aqui todos a trabalhar para isso. Agora, eu tenho alguma dificuldade em perceber, ter um miúdo de nove ou dez anos numa escola, estar no mesmo balneário no mesmo refeitório, no



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mesmo espaço que um miúdo de vinte. Mete-me alguma confusão. Se me esclarecerem que isto está tudo separado, para mim não tem confusão nenhuma. Agora, eu queria era ver isto esclarecido, porque como pai, isto mete-me alguma confusão. Todos nós sabemos os problemas que há hoje de pedofilia, não é preciso esconder. Também basta ir à net que estão lá todos. Muito obrigado, Senhor Presidente.”-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-PP, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Dino Rasga, do Grupo Municipal do PSD, que concluiu o que se tenta transcrever na íntegra: “Bem, eu só queria dizer, penso que, talvez com o calor das minhas palavras, disse alguma coisa que não foi bem percebido, não é. Eu não disse que quem não é de Anadia não pode defender Anadia. Eu disse é que os de Anadia, a menos esses, têm que ter a obrigação de a defender, não é. Eu só quis dizer isso por esse lado. E, já agora, uma vez que o Senhor questiona, eu se estou a defender um agrupamento, eu quero-lhe dizer que aquela questão que levantou, vinte anos, se calhar, estamos bem, que os alunos de vinte anos estamos melhor. Se calhar será melhor pior que aqueles de dezasseis, dezassete. Mas, esses já andam lá em baixo na EB 2/3 juntamente com esses de dez anos. Não o preocupa? Mas volto só a referir, e para terminar já, é que, será que os alunos de Anadia, será que os professores de Anadia, será que os directores futuros da Escola Secundária, Básica e Secundária de Anadia são de qualidade inferior ao do resto do País? Então, se há uma centena de agrupamentos já básicos e secundários no País. Eu só não digo aqui uma coisa que disse há dias porque poderia ser mal interpretada. É que o grosso da coluna, desculpem o termo, é de agrupamentos, é na área da DREN. Se os Senhores sabem, e provavelmente sabem, e gostam destas coisas e se informaram, se calhar, no fim, poderão dizer-me porque é que na DREN há tantos agrupamentos básicos secundários. É uma questão de comando. E, se quiser, depois eu digo-lhe porquê.”-----

----- Dando continuidade ao período de discussão do ponto quatro da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal, do Grupo Municipal do PS, que concluiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Boa tarde a todos, mais uma vez. Quando nós no PS estivemos a analisar os documentos apresentados para a reunião, realmente sentíamos alguma falta de elementos para tomar uma posição com responsabilidade. A questão é controversa. Há prós e contras, mesmo dentro do nosso pequeno Grupo, há sensibilidades diferentes quanto a isto. Nós registamos e respeitamos a posição da Associação de Pais, manifestada no sentido de alguma separação, ou pelo menos algumas barreiras que minimizem eventuais maus efeitos. Os elementos entretanto distribuídos nesta reunião, esclarecem-nos que vai haver uma reunião no dia um de Março, e que da parte da empresa que vai, da Parque Escolar, serão tidas em conta as posições, ou a posição, será tida em conta a posição da Associação de Pais. Portanto, nós queremos crer que será encontrada uma solução razoável. Enfim, em rigor, só depois disso é que podemos tomar uma posição, em função de um projecto concreto que daí resulte, mas, também, queremos que, digamos as



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

razões do bom senso, e da experiência que já existe em tantos pólos escolares por esse País, onde digamos chegar a essa dita solução razoável. Muito obrigado.”-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU, que efectuou a intervenção que se tenta transcrever na íntegra: “Ora bem, é só para esclarecer aqui o assunto. Parece-me que o Senhor Eng.º Dino disse a verdade. Porque motivo é que as escolas iam ser unificadas, portanto, ia ser só uma escola. Porque é uma imposição que vem do exterior do nosso País. É a própria Comunidade Europeia que diz se não forem, não há financiamento. É isso. Portanto, mais uma vez os professores, os técnicos, os professores e os pais não mandam, isto são normas que vêm do exterior. Isto, eles é que mandam. Nós limitamo-nos a cumprir ordens. Agora, exactamente como, temos que pensar no futuro e temos, tenho, eu tenho algumas dúvidas que no futuro alguns problemas, se calhar, infelizmente, irão surgir, como tem acontecido por esse mundo fora. Mas, não me cabe a mim, cabe aos professores e aos pais, e ao Ministro da Educação, resolver esse assunto. É inevitável. A escola só se faz, se for junta. Senão, não vem verba e não se faz. Não há dinheiro. Assim como o TGV. O TGV faz-se, mas vai ter custos sociais para com o povo português. Algumas regalias vão ser tiradas para juntar verbas para garantirmos os fundos comunitários, porque se nós não juntarmos verbas para garantir os fundos comunitários, essas obras não são feitas, porque a Comunidade Europeia cai exigir a redução do défice e ele vai custar ao povo português, com perdas de regalias sociais. Se calhar essa escola, daqui por meia dúzia de anos, depois de construída, passa a público-privada. Se calhar, alguns dos nossos netos terão de pagar para estudar lá. O futuro nos dirá. É só.”-----

----- No seguimento das intervenções preconizadas pelos Senhores Deputados, no âmbito da discussão do ponto quatro da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra para declarar o que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Eu queria efectivamente fazer uma coisa que na verdade não estava previsto. Mas, de qualquer dos modos, parecia-me de uma insensibilidade enorme que tivesse sido atacado da forma que fui e não tentasse, pelo menos, defender-me na minha honra e nos lugares que ocupo. Contrariamente aos Senhores Deputados do CDS-PP, eu não vou falar de cor, nem porque alguém me disse qualquer coisa, numa conversa mais ou menos séria. Falo daquilo que vivo e daquilo que vivi e dos locais aonde estive. O Senhor Eng.º Dino já referenciou aqui que os Senhores têm um conjunto de imprecisões no documento que apresentam, eu não tenho medo de o dizer, como ele também o disse, de mentiras. E começarei pela primeira reunião sobre a junção das duas escolas e sobre a criação do agrupamento. Decorreu em dois mil e dois, e que eu me recorde, os Senhores faziam parte do Governo com o PSD, com o PPD-PSD. Já agora, permita-me também dizer, que pelo menos alguns dos actuais responsáveis pela EB 2/3, estiveram também em dois mil e quatro numa reunião da Direcção Regional comigo, no sentido de se fechar, definitivamente, o agrupamento. Sempre e quero aqui dizê-lo, porque não falo de cor, à revelia dos seus professores, ou à revelia dos seus funcionários, tomaram posições em sentido contrário. Eu desafio o Senhor Deputado, que não sei aqui efectivamente se fala em



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nome da EB 2/3, se não fala, desafio-o a propor ao Senhor Director da EB 2/3 que faça um referendo na sua escola sobre este assunto. No entanto, não quero deixar de lhe dizer, Senhor Deputado, que me sinto magoado, como na última Assembleia se sentiram magoadas as pessoas que eu magoei, eu hoje também me sinto magoado. E, sinto-o, por uma razão muito simples, o Senhor e a sua bancada entregaram nesta Mesa um documento para ser ponto da ordem de trabalhos que o Senhor desvirtualizou da maneira que quis e que muito bem entendeu. As perguntas que colocou no final não faziam parte desse documento. Fica avisado, que da próxima vez lhe cortarei a palavra e não lhe permitirei que fale, efectivamente, nos temos em que falou.-----

----- Relativamente ao assunto em apreço, eu quero dizer-lhe o seguinte: que eu saiba, e peço a Deus que me conserve assim, ainda não consegui misturar o que é a gestão da Escola Secundária de Anadia, que estranhamente devo ser tão mau gestor que já lá estou há catorze anos, das sucessivas eleições, portanto, devo ser tão mau gestor nesse aspecto, não confundo essa gestão com a minha posição nesta Câmara, ou nesta Assembleia, como lhe queira referenciar. Agora, lamento profundamente, que o CDS-PP, a mando não sei de quem, ou com que perspectiva, tente vestir agora uma pele de cordeiro, quando, efectivamente, fez nesta Assembleia o papel de lobo. E de um lobo efectivamente muito mentiroso e muito maldoso. Na realidade, começou por atacar o Senhor Presidente da Câmara, quando a legislação, o Senhor Eng.º Sidónio, que já não se encontra aqui, portanto, não irei falar dele, efectivamente tem que aprender a ler a legislação, porque a legislação diz que, efectivamente, é a Direcção Regional, ou as Escolas, que instituem agrupamentos. Não têm que tomar a opinião de ninguém, não está na lei. E se o CDS-PP tem dúvidas, por favor, dirija-se à Senhora Directora Regional e ela explicará essas situações. Mas eu queira deixar aqui apenas uma questão que me parece, ou duas, que me parecem muito importantes. Na segunda questão que foi colocada à Parque Escolar, o Senhor Eng.º Felício responde da seguinte forma: "Para além da disponibilidade de cedência do terreno, para a construção dos novos edifícios, a Câmara Municipal de Anadia, na presença do seu Presidente, não se manifestou formalmente quanto à solução de junção das duas escolas." Isto é uma questão de nós acreditarmos. Ou acreditamos que as pessoas escrevem a verdade, ou, então, dizemos o que nos apetece.-----

----- E, já agora, deixe-me dizer-lhe uma coisa, Senhor Deputado. Eu desafio o CDS-PP a ir à Escola Secundária de Anadia saber quantos alunos de vinte anos nós lá temos. Eu desafio o CDS-PP a solicitar à Escola Secundária de Anadia e à EB 2/3 de Anadia, o número de processos disciplinares, e as suas consequências, de ambas as escolas. E desafio, também, o CDS-PP a ir à Escola Secundária e à EB 2/3 perguntar quantos alunos foram encaminhados, só no ano passado, pelo INEM para o Hospital de Anadia, ou para os Hospitais Centrais, por perturbações de, enfim, diriam por pancadaria, por terem sido espetados com vidros nas costas, etc., numa e noutra escola. Desafio, que é para deixar aqui bem claro, aos pais e encarregados de educação, de que, se há problemas, não é na Secundária. Se efectivamente os alunos são mal comportados, não é na Secundária. E até podemos dizer mais. Contrariamente aquilo que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

efectivamente acontece noutros sítios, nós até temos professores da EB 2/3 que têm, enfim, a hombridade de nos dizer, nós mandámos para aí esse aluno porque não o queremos cá. Portanto, estamos conscientes do nosso percurso, estamos conscientes, efectivamente, daquilo que queremos fazer, agora não vamos permitir é que ao Senhores, a cobro de uma disponibilidade política que vos é dada pela faculdade de fazerem parte desta Assembleia, tentem enxovalhar o trabalho daquilo que está a ser feito, ou as coisas que efectivamente fazem parte da verdade. Os desafios ficaram, e portanto, como eu sou um homem de desafios, não tenho efectivamente problemas em relações a isso. E, se problemas houver, agradeço, também, que façam a fineza de ler o primeiro ponto de resposta da Parque Escolar que, efectivamente, e contrariamente àquilo que disse o Senhor João Morais, a Escola Secundária de Anadia vai ser sempre construída. A junção da EB 2/3 com a Secundária, foi efectivamente uma decisão tomada pelo Ministério da Educação, em Maio do ano passado, comunicada à Escola, e que efectivamente teve sempre um primeiro pressuposto: a escola pode ficar aonde está. A Secundária irá sempre para onde a Parque Escolar definir. O agrupamento esta definido neste momento, porque, efectivamente, o Ministério da Educação assim o entendeu e assim o quis. É uma injustiça, e o Senhor Presidente não precisa sequer que eu o defenda, mas é uma injustiça, estarmos a querer atirar para cima do Senhor Presidente da Câmara, ou para cima do Senhor Presidente desta Assembleia, as coisas que efectivamente não são verdade. E não são verdade que a primeira reunião foi no dia dezassete de Novembro, nem e verdade que efectivamente a Câmara Municipal tenha tido até ao momento qualquer acção sobre esse assunto. E que mais tivesse. O Regimento desta nossa Assembleia só se debruçará sobre esta decisão se o valor dos terrenos a permutar atingirem os valores que estão descritos nesse mesmo Regimento. Senão, nem isso esta Assembleia tem, digamos assim, que interferir. É um acto do Executivo e é um acto camarário.-----

----- E, já agora, permitam-me só para terminar. Eu penso que nós somos todos uns coitadinhos, desculpem esta expressão, eu assumo-a quando a digo em relação a todos nós. Há bocadinho, interpelava o Senhor Deputado do CDS-PP quem foi que fez estudos para isto. Senhor Deputado este há dias na Bélgica, provavelmente poderia ter tido a oportunidade de pensar, ou de saber como é que se estrutura o ensino na Bélgica, como é que se estrutura o ensino na Alemanha, como é que se estrutura o ensino, por exemplo, nos antigos países da União Soviética, onde na realidade, as escolas começam no primeiro ciclo e terminam no ensino secundário. E os alunos estão todos juntos, porque a comunidade que se gere à volta dos alunos é muito melhor do que, efectivamente, e eu disse-o na reunião do dia dezassete, e permitam-me dizer aqui, a questão fundamental desta situação é, ou temos cidadãos que como deve ser, ou temos guetos. E eu penso que não gostaria de te um gueto nas escolas de Anadia, mesmo que eu já lá não esteja, e mesmo que eu não seja a pessoa indicada para efectivamente socorrer qualquer uma destas soluções. Agora, que fique bem claro para todos, o Senhor Eng.º Felício diz: a Escola Secundária de Anadia foi incluída no programa de modernização do parque escolar. Foi a Escola Secundária de Anadia, a decisão seguinte, foi do Ministério da Educação.



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quer isto custe a muita gente ouvir, ou não, a verdade fica e irá até à última consequência, porque contrariamente, volto a repeti-lo, porque quero frisá-lo, contrariamente a outros que se manifestaram nesta Assembleia, eu estive presente e sei do que falo. Muito obrigado.”-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o mesmo concedeu a palavra ao Senhor Deputado Tiago Castelo Branco, que concluiu o que se tenta transcrever na íntegra: “Senhor Presidente. Eu, de facto, fico perplexo com... Então, mas ouça, está-me a interromper. Mas isto é uma questão de defesa da honra. O Senhor chamou-nos mentirosos. Exactamente. Então, chama mentirosos às pessoas e agora eu tenho que ficar calado e baixar a cabecinha. Vamos lá ter calma. É assim, Senhor Presidente. Eu fico perplexo com a vitimização que o Senhor faz. Então nós apresentamos aqui uma questão que os Senhores têm ocultado a toda a comunidade educativa... O Senhor é que veio dizer que nós éramos mentirosos. E estão aqui todos presentes para ouvir isso. Agora deixe-me falar a mim. Então, onde é que foi tomada, onde é que houve a auscultação prévia dos docentes que integram a direcção de agrupamento de escolas? Da Associação de Pais e Encarregados de Educação? E de toda a comunidade educativa? Isto não é só um assunto para tratar entre directores de agrupamentos. Então, para que é que existe o Conselho Municipal de Educação, Senhor Presidente? É só para estar no papel? São estas questões que convém... O Senhor não tem que se fazer de vítima, Senhor Presidente, não tem que se fazer de vítima, porque aqui ninguém o está a atacar. Nós queremos o melhor para o Município e o melhor para as crianças do nosso Município. E a Parque Escolar é uma empresa que trata de Escolas Secundárias, como o Senhor disse, e muito bem. Nisso estamos de acordo. Agora, se entra aqui a EB 2/3, todos temos uma palavra a dizer, e principalmente os Deputados desta soberana casa. Não tenho mais nada a dizer.”-----

----- Retomando a palavra, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, interveio para dizer o que se tenta transcrever na íntegra: “Porquê? É capaz de me dizer onde é que isso entra na discussão do problema? Senhor Deputado, deixe-me deixar-lhe só mais um desafio, que é assim, o Senhor efectivamente acusa a Câmara Municipal, a Parque Escolar, de não ter ouvido os professores, os funcionários e a restante população da EB 2/3, eu deixo-lhe o mesmo desafio que fiz há bocadito: por favor, encontre uma forma de haver um referendo e vamos ver quem é que está a favor e contra a construção dessa escola. Vamos ver. O Senhor Deputado tem de ter consciência de uma coisa, as coisas são tão claras como isso, ou são verdade, ou não são verdade. A Câmara Municipal não auscultou ninguém, como os Senhores dizem, e eu pergunto quem é que o Agrupamento auscultou? Quem é que a gestão do Agrupamento auscultou? Não tenho nada que perguntar. Isso não é comigo, o Senhor é que levantou os problemas.”-----

----- De imediato, concedeu a palavra à Senhora Deputada Jennifer Pereira, que efectuou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Boa noite. Eu não me vou alongar porque esta Assembleia já vai longa e tenho muito respeito pelos colegas presentes, portanto, apresento os cumprimentos a todos no geral. Aprecio muito, e entendo a preocupação do Grupo Parlamentar do CDS-PP, o que eu não entendo, e porque foram-nos presentes a todos nós aqui e que tivemos os mesmos cinco minutos para os analisar, e se duvidas houvesse de que a



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Associação de Pais não foi escutada, de que a EB 2/3 não teve envolvimento, essas dúvidas, com estes documentos, dissiparam-se. Portanto, o que eu aqui não entendo é como é que determinado Grupo Parlamentar faz gastar tanto tempo a nós todos, tempo este que nós todos precisamos, quando as dúvidas ficaram dissipadas com a leitura destes documentos. A não ser que, e só entender-se de que, e que não foi posto em causa, a falsidade dos documentos que nos foi apresentados. Devo também lembrar a todos nós, que temos aqui uma situação bem visível de já um funcionamento de uma escola, que funciona desde o pré-escolar até ao secundário, que são o Colégio de Famalicão, desde os três anos. E penso que, se a memória não me falha, não tenho lá os meus filhos, mas tenho muitas pessoas que têm lá os filhos, não há problemas de interacção entre essas crianças mais novas e as mais velhas, até porque acho que é saudável os mais novos aprenderem com os mais velhos. E, desde que, a gerência dessa escola saiba gerir essa escola como tão bem tem feito, e ela é muito bem cotada, não deverá haver problemas. No entanto, como mãe que sou, entendo a preocupação da Associação de Pais, mas, pela leitura que fiz aqui, até porque também não sabia de todas estas questões, fiquei esclarecida. Não entendo como é que o CDS-PP não ficou esclarecido e continuou a ler um documento que tinha entregue já numa outra Assembleia, quando a resposta estavam aqui explanadas. E penso que, de futuro, deverão ter um pouco mais de humildade de aceitar que, se dúvidas havia, foram dissipadas e assumirem que realmente, às vezes, não se sabe a verdade toda, ou a verdade que lhes é transmitida não é de facto a verdade.”-----

----- Para uma outra intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Dino Rasga, do Grupo Municipal do PSD, que concluiu o que se tenta transcrever na íntegra: “Bem, como eu disse há pouco, queria terminar, porque quando nós assumimos certas coisas, e foi já aqui dito, acho que devemos continuar a assumi-las sempre. Aqui neste texto é citado que eu também estive na célebre reunião, de dezassete de Novembro, na empresa Parque Escolar, e mediante algumas tentativas de recuo que havia da parte de outros, que eu não queria, de maneira nenhuma, que afectassem a escola secundária com terceiro ciclo de Anadia, e eu agora estou a referir com terceiro ciclo para saberem que já lá temos meninos com onze anos e com doze anos, já lá temos essa gente, essa gente, entre aspas, esses alunos. Portanto, há aqui uma afirmação no documento o CDS, que diz que ou querem a junção com a Secundária, ou então ficam na escola velha. Esta foi uma resposta do Senhor Eng.º Felício quando eu disse ao meu director, que estava ao meu lado, e disse para que a Assembleia ouvisse, se a EB 2/3 não quer uma escola nova, nós queremos. E, portanto, o Senhor Eng.º Felício retire os dois pavilhões, que são os pavilhões que vão ficar mais adstritos ao segundo e àquelas turmas do terceiro ciclo que eventualmente ficassem remanescentes na EB 2/3, e faça a escola secundária conforme está. E foi o Senhor Eng.º Felício que disse: a escola secundária anda para a frente, de qualquer maneira, com ou sem. Efectivamente, o que nós não queremos na secundária com terceiro ciclo de Anadia, é que a escola secundária, a nova escola secundária não seja uma realidade. Mas, eu ia terminar, com aquilo que acho que é um ditado popular, se calhar os bombeiros é que falarão nisto, é que, a água a descer, e



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

infelizmente tivemos um exemplo há pouco tempo, ou o fogo a subir, são imparáveis. E eu, neste momento, até porque já sabemos que há reunião dia um, segunda-feira, também digo, a nova escola secundária, básica e secundária de Anadia é, como qualquer destes casos, é imparável. É bom para Anadia.”-----

----- Sem mais pedidos de intervenção relativamente ao ponto quatro da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o mesmo por encerrado e informou o Plenário de que a líder do Grupo Municipal do PSD tinha apresentado uma proposta à Mesa de aprovação em minuta do ponto dois da ordem do dia e, desde logo, também, passou à sua votação. Concluída a votação, anunciou que a proposta do Grupo Municipal do PSD tinha sido aprovada por maioria, com trinta e um votos a favor e duas abstenções, após o que deu por encerrado o período da ordem do dia.-----

----- Sem pedidos de intervenção do público, adiantou ao Plenário que a Mesa já tinha marcado para dia vinte e três de Abril a próxima Assembleia ordinária, de aprovação das contas de dois mil e nove, entre outros assuntos, e lembrou, também, os Senhores Deputados que deveriam ir disponibilizando o seu tempo para as Comemorações do vinte e cinco de Abril no domingo imediatamente seguinte.-----

----- Nada mais havendo a tratar, deu de imediato por encerrada a sessão ordinária, quando eram dezoito horas e cinquenta e oito minutos, não sem antes agradecer a presença de todos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

O Presidente -

O Primeiro Secretário -

A Segunda Secretária -